

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT



PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA
EDITAL PRONEX 2003

PARTE I – DADOS GERAIS

DADOS SOBRE OS PESQUISADORES PROPONENTES DO NÚCLEO	
NOME	TITULAÇÃO
José Murilo de Carvalho	Doutor – Proponente do Projeto - Prof. Titular
Marcos Bretas	Doutor
Celeste Maria Baitelli Zenha Guimarães	Doutora
Martha Campos Abreu	Doutora
Márcia Maria Menendes Motta	Doutora
Gladys Sabina Ribeiro	Doutora – Coordenadora Executiva do Projeto
Carlos Gabriel Guimarães	Doutor
Lúcia Maria Paschoal Guimarães	Doutora – Prof ^a . Titular
Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves	Doutora – Prof ^a . Titular
Tânia Maria T. Bessone da cruz Ferreira	Doutora
Keila Grinberg	Doutora
Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães	Doutor

DADOS DO NÚCLEO DE PESQUISA

Grande Área de Conhecimento predominante nas atividades desenvolvidas pelo núcleo:

7,000000-0 Ciências Humanas

7.05.00.00-2 - História

Área do Conhecimento predominante nas atividades desenvolvidas pelo núcleo: (consultar tabela de áreas de conhecimento do CNPq)

7.05.00.00-2 - História

7.05.05.00-4 - História do Brasil

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

NOME DA INSTITUIÇÃO:

Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO:

História

ENDEREÇO:

Largo de São Francisco, 1

CNPJ:

33663683/0001-16

CIDADE:

Rio de Janeiro

ESTADO:

Rio de Janeiro

CEP:

200510-70

PAÍS:

Brasil

TELEFONE:

21 2221-0034, r. 208

FAX:

21 2221-0034, r. 208

E-MAIL:

jmurilo@ifcs.ufrj.br

DADOS DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA

NOME DA INSTITUIÇÃO:

Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO:

História

ENDEREÇO:

Largo de São Francisco, 1

CNPJ:

33663683/0001-16

CIDADE:

Rio de Janeiro

ESTADO:

Rio de Janeiro

CEP:

200510-70

PAÍS:

Brasil

TELEFONE:

21 2221-0034, r. 208

FAX:

21 2221-0034, r. 208

E-MAIL:

jmurilo@ifcs.ufrj.br

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

José Murilo de Carvalho

DADOS DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

NOME DA INSTITUIÇÃO:

Universidade Federal do Rio de Janeiro

SIGLA:

UFRJ

ENDEREÇO:

Largo de São Francisco

CEP:

200510-70

ESTADO:

Rio de Janeiro

UF:

RJ

NOME DA INSTITUIÇÃO:

Universidade Federal Fluminense

SIGLA:

UFF

ENDEREÇO:

Campus do Gragoatá - Bloco O - 5º anda4r São Domingos

CEP:

24.210-350

ESTADO:

Rio de Janeiro

UF:

RJ

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Rio de Janeiro		SIGLA: UERJ
ENDEREÇO: Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 - 9º andar - Maracanã - Rio de Janeiro		
CEP: 20550-013	ESTADO: Rio de Janeiro	UF: RJ

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade do Rio de Janeiro		SIGLA: UNIRIO
ENDEREÇO: Av. Pasteur, 485 Sala 28 Urca		
CEP: 22290-240	ESTADO: Rio de Janeiro	UF: RJ

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Juiz de Fora		SIGLA: UFJF
ENDEREÇO: Campus Universitário, s/n - Martelos - Juiz de Fora		
CEP: 360363-30	ESTADO: Minas Gerais	UF: MG

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Espírito Santo		SIGLA: UFES
ENDEREÇO: Av. Fernando Ferrari, s/nº - Goiabeiras - Vitória		
CEP: 29060-900	ESTADO: Espírito Santo	UF: ES

NOME DA INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São João del Rei		SIGLA: UFSJ
ENDEREÇO: Praça Dom Helvécio 74 - Fábricas - UFSJ Campus Dom Bosco - Cidade São João del Rei		
CEP: 363011-60	ESTADO: Minas Gerais	UF: MG

PARTE II – APRESENTAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO
Nação e cidadania no Império: novos horizontes.

A) O FOCO E A ARTICULAÇÃO DAS PESQUISAS PROPOSTA, OS AVANÇOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS DECORRENTES DOS RESULTADOS RELEVANTES ESPERADOS E SUA TRANSFERÊNCIA PARA A SOCIEDADE:

1. FOCO E ARTICULAÇÃO.

Nação e cidadania são temas que desde o final do século XX voltaram à ordem do dia na agenda das questões mundiais. Cidadania, a palavra e a coisa, está mais viva do que nunca no Brasil de hoje e, pode-se dizer, em todos os países de tradição ocidental ou sob influência desta tradição. Os historiadores brasileiros, como cidadãos e como pesquisadores, não têm escapado à preocupação com o tema. Vários especialistas no século XIX, particularmente no período coberto pelo Império (1822-1889), têm sido atraídos pela discussão da problemática da formação do Estado nacional, da construção da nação e das formas assumidas pelas práticas políticas daquela época.

Este projeto reúne pesquisadores que já há algum tempo vêm-se dedicando a esses temas. O projeto lhes forneceu a oportunidade de delimitar melhor o seu campo de trabalho e de precisar o foco de análise. O campo da investigação foi delimitado ao longo de dois eixos, o do estudo da nação e o da cidadania, entre 1822 e 1889. O foco escolhido foi a busca de novos horizontes e de novas dimensões por meio da inclusão de novas fontes de dados e de novas conceituações.

A distinção entre nação e cidadania é meramente heurística. Uma das concepções de cidadania produzida pela tradição ocidental a vê exatamente como identidade coletiva, como a produção de um sentimento comunitário entre indivíduos naturais de uma cidade ou de um estado. Trata-se de concepção que vem de Aristóteles¹ e foi marcada modernamente pela contribuição de Rousseau² e de Augusto Comte³, para citar um autor que teve grande influência no Brasil. Nação e cidadania são aqui colocadas em dois eixos, mas nossa proposta é fazer com que dialoguem ao longo do esforço analítico a ser desenvolvido.

Por nação, entender-se-á a formação de identidades coletivas. A principal identidade coletiva é, naturalmente, a que se refere ao âmbito nacional e é esta que tem merecido maior atenção dos estudiosos. Ela estará sem dúvida no centro das atenções, uma vez que a historiografia está longe de chegar a acordo sobre sua natureza no século XIX. Mas a proposta aqui apresentada pretende abranger outras identidades coletivas além da nacional. As candidatas mais óbvias são as identidades étnicas, as identidades religiosas, as identidades regionais, as identidades sociais, entre outras. Não se trata de somar identidades, no entanto. A própria identidade nacional será vista como diálogo com as identidades sub-nacionais, podendo haver entre elas relações de conflito ou de complementaridade. A construção de uma identidade nacional poderá chocar-se, por exemplo, com a afirmação de identidades étnicas. Ou a identidade católica poderá sobrepor-se à identidade política nacional.

A análise da construção de identidades coletivas será feita em várias dimensões e mediante o uso de um diversificado arsenal de fontes. Será dada atenção a instituições, instrumentos e experiências formadoras de identidades. Para exemplificar, instituição típica de formação de identidade é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre os instrumentos, podem-se mencionar a literatura, a língua nacional, a historiografia, as imagens (pinturas, gravuras, fotos, monumentos), os rituais, as festas, os símbolos, as músicas e as figuras emblemáticas. Entre as experiências, sobressaem-se não somente as das lutas pela Independência, as das revoltas regionais, e a da Guerra do Paraguai, mas também as identidades criadas por grupos sociais diversos, tais como os libertos, os pardos, os negros, os

¹ *The politics of Aristotle*. Organization and notes by Ernest Barker. New York and London: Oxford University Press, 1948.

² Rousseau, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

³ *Auguste Comte: Sociologia*. Introdução de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1978.

estrangeiros, os posseiros, rendeiros e pequenos proprietários, os negociantes e os comerciantes, os intelectuais e literatos, entre outros.

Cidadania, como distinta de identidade nacional, será concebida de maneira ampla, incluindo as relações dos cidadãos com o governo e as instituições do Estado e também valores e práticas sociais definidoras da esfera pública.

A mais óbvia relação dos cidadãos com o Estado envolve a dos cidadãos ativos e tem a ver com os processos de participação política. Tradicionalmente, se têm estudado quase só os partidos e as eleições. Essas dimensões não serão negligenciadas, mas outras serão exploradas como a participação no Poder Judiciário, via júri, na Guarda Nacional, no Exército e na Marinha. Sobretudo, serão valorizadas formas de participação externas aos mecanismos previstos pela Constituição. Estarão aí incluídas as revoltas, os quilombos, os protestos, os quebra-quebras e as experiências alternativas de inclusão e de participação nos espaços coletivos, tanto no âmbito social quanto em níveis políticos não formais. Enquadram-se também aqui as práticas de cooptação do Estado, geradoras das relações de clientelismo e de nepotismo.

Os cidadãos também se relacionam com o Estado na qualidade de objetos de normatização da vida coletiva. O contato aqui se dá, sobretudo, com o poder judiciário e a polícia. Neste aspecto, a busca da cidadania se fará via estudo desse poder, da organização policial, da legislação penal, dos crimes, dos processos, da atuação dos advogados, das instituições penais. A ação do Estado se dá ainda via legislação antecessora do Código Civil e através da Lei de Terras e do Código Comercial, que regulam o comércio, a produção, a propriedade e o trabalho.

O campo da sociabilidade é importante na perspectiva adotada por sua relevância para a vida política. Assim como é clássica a análise que Tocqueville⁴ fez da sociedade norte-americana salientando a extraordinária capacidade de associação, é igualmente clássica, entre nós, análises como as de Alberto Torres⁵ e de Oliveira Viana⁶, salientando nossa incapacidade nesse campo. Trata-se de demover estas visões e avaliações pré-concebidas sobre o caráter e o ser brasileiro, promovendo um exame mais cuidadoso da vida associativa como forma de cidadania, incluindo a revisão de temas que abordem as irmandades religiosas, as associações festivas e recreativas, as associações filantrópicas, assistenciais e profissionais.

Finalmente, o par nação e cidadania era pensado, problematizado e imaginado constantemente. O projeto dedicar-se-á igualmente ao estudo da produção intelectual em torno desses temas. Concepções de nação, de pátria, de povo, de Estado, de república, de democracia, de soberania, de liberdade, variaram ao longo do século do XIX, mas também foram re-significadas por diferentes grupos sociais. Tais nuances são partes constitutivas do processo de construção da nação e da cidadania no período. Buscaremos, assim, as diferentes identidades, diálogos e conflitos, mostrando que não há uma pretensa identidade única e um só sentimento compartilhado por toda a nação. Da mesma forma que não existe um modelo único e um entendimento uniforme de exercício da cidadania. Portanto, para além da identidade, entendemos que diferenças e desigualdades encontraram e devem encontrar canais de expressão.

Espera-se que a delimitação do projeto aos temas propostos, aliada à estratégia de abrir dimensões e multiplicar fontes de pesquisa, possibilite a redefinição dos próprios conceitos de identidade e de cidadania de modo a torná-los mais úteis à análise da realidade brasileira e ao debate com a literatura universal, de modo a que o país não compareça sempre como o lugar da ausência e da passividade.

⁴ Alexis De Tocqueville, *Democracy in America*. New York: Vintage Books, 1990.

⁵ Alberto Torres, *A organização nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

⁶ Oliveira Viana, *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

Em resumo, vale dizer que os estudos e as atividades propostas não se encerram em propósitos acadêmicos estritos, ou seja, na exclusiva produção de artigos, de textos, de resultados individuais de pesquisa. Buscamos, neste trabalho conjunto, uma forma de aglutinar os esforços de pesquisa ao redor de produtos comuns que possam render frutos e multiplicá-los. Neste sentido, procederemos não somente a discussões coletivas ao redor dos eixos e temas propostos, mas sistematizaremos fontes, produziremos material didático diverso, ministraremos cursos, construiremos instrumentos de pesquisas e bases de dados para consulta local ou através do acesso via internet, no futuro.

2. OS AVANÇOS CIENTÍFICOS DECORRENTES DOS RESULTADOS ESPERADOS:

A formação da nação e do Estado, da cidadania e a construção da identidade nacional são temas importantes na historiografia desde o século XIX. Hoje em dia, em época de globalização, de redefinição de fronteiras, de questionamento das identidades nacionais como espaços imaginados e da emergência de novas identidades, a temática tem se tornado objeto de novas pesquisas e de novas abordagens, ampliando enfim o seu horizonte⁷. Neste sentido, é fundamental que façamos uma revisão das fontes e das interpretações que tradicionalmente balizaram os estudos sobre o par Nação e cidadania.

É consenso que não se pode mais possível entender esses conceitos exclusivamente circunscritos ao âmbito do Estado e suas instituições, ou à legislação e às formas tradicionais de se conceber a participação e a cidadania. Nesta perspectiva, o nosso desafio é buscar uma nova perspectiva de análise, à luz de novas referências teóricas e das indagações coletivas que preocupam a equipe envolvida neste projeto. Pretendemos incorporar e refletir não somente sobre as tentativas de construção das identidades como unitárias, uníssonas e harmônicas, mas igualmente resgatar as diferenças, as lutas e os conflitos sociais que envolveram a construção desses conceitos.

Os avanços esperados têm a ver com a abordagem escolhida e com os instrumentos de pesquisa a serem criados. No caso da abordagem, o foco nos temas da nação e da cidadania apóia-se nas premissas da chamada história política renovada⁸. De antemão podemos afiançar que a preocupação com o exame de dimensões até agora pouco exploradas têm por finalidade não apenas enriquecer o campo da pesquisa com novos temas mas, sobretudo, renovar a suas interpretações e enfoques, desenvolvendo novas conceituações e estratégias de investigação.

O esforço coletivo levará à potencialização dos estudos temáticos que nos propomos a desenvolver em equipe, constituindo significativo avanço para o aprofundamento das pesquisas e reflexões em foco. A par disso, o projeto contribuirá para a formação de recursos humanos, agilizando a formação de mestres e de doutores, envolvendo bolsistas de iniciação científica na equipe de trabalho, além de graduandos de um modo geral, despertando seu interesse para as atividades de pesquisa.

Essas contribuições serão atingidas por meio de várias estratégias de atuação, tais como seminários, publicações e organização de bancos de dados (a serem abertos à consulta da comunidade acadêmica, permitindo assim novas pesquisas e novas leituras por parte de outros pesquisadores). No que concerne à difusão de conhecimentos, elaboraremos materiais didáticos e realizaremos cursos de extensão dirigidos a professores do ensino fundamental e médio.

⁷ A antiga visão da comunidade imaginada, tal como pensada por Benedict Anderson tem sofrido várias críticas. Cf. Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. Novas propostas de análise dessas questões, incluindo as críticas e os debates, podem ser encontradas em Balankrishnan Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

⁸ As bases da chamada história política renovada foram definidas e sintetizadas por René Remond. Ver, René Remond, *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. Ver, também,, Serge Bernstein & Pierre Milza, (dir.), *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.

3. RESULTADOS ESPERADOS, SUA RELEVÂNCIA E SUA TRANSFERÊNCIA PARA A SOCIEDADE:

Estudos sobre nação e cidadania estão intimamente relacionados com a tarefa da construção da nação e da cidadania. Os historiadores que a eles se dedicam fazem-no na condição de pesquisadores e de cidadãos. A qualidade de seu trabalho estará condicionada à sua capacidade de operar dentro dos padrões acadêmicos de sua disciplina. Mas a investigação em si não pode deixar de ser parte do debate nacional em torno dessas questões, debate, aliás, que incumbe a todos. Quer queiram ou não os envolvidos no projeto, seu trabalho resulta de preocupações do presente e sobre elas repercutirão.

Nos próximos três anos, o Centro de Estudos dos Oitocentos (CEO) pretende transformar-se em um pólo de referência na historiografia do século XIX, com ênfase nas questões relativas à nação e à cidadania, de acordo com a perspectiva desenhada neste projeto. Constituir-se-á em um espaço de reunião e de troca de experiências entre pesquisadores, que, ao redefinirem temáticas e conceitos sobre a cidadania e a nação, poderão contribuir para a criação de instrumentais teóricos capazes de propiciar novas formas de entendimento da nação e de vivência da cidadania.

Para isso, concorreremos não só com a nossa produção intelectual, mas também tornando disponíveis instrumentos de pesquisa e promovendo atividades no âmbito acadêmico, extra-acadêmico e de intercâmbio com outras instituições.

Mais especificamente, listamos abaixo, de forma detalhada os resultados pretendidos.

1) O CEO (Centro de Estudos dos Oitocentos) pretende consolidar-se como um espaço de investigação, debate e difusão de conhecimento, com vistas ao aprofundamento da qualidade do trabalho acadêmico, a partir da pequena infra-estrutura existente e sobretudo daquela que se pretende criar. Neste sentido, reúne pesquisadores de quatro universidades (UFRJ, UFF, UERJ, UNIRIO) situadas no Rio de Janeiro, dentre elas três com programas de pós-graduação em História, e de diferentes núcleos de pesquisa. Além disso, já conta com a colaboração de pesquisadores das seguintes universidades: Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Os encontros da equipe dar-se-ão a partir de produtos específicos, sobretudo no que diz respeito à criação de bancos de dados. Serão realizadas reuniões anuais focalizando a temática do projeto, enriquecidas com a presença e pesquisadores nacionais e internacionais que se dedicam a tema e temporalidade afins. Além dessas atividades locais, o CEO promoverá dois seminários regionais (o primeiro, já marcado para maio de 2004, na cidade de São João del Rei; o segundo, na cidade de Juiz de Fora, em 2006) e um encontro no Simpósio Nacional ANPUH (Associação Nacional de História), agendado para a cidade de Londrina, em 2006. Espera-se que os seminários abertos ao público em geral sirvam de efeito multiplicador.

2) Como apenas pequena parte da produção dos programas de Pós-graduação em História é publicada pelo mercado editorial, permanecendo desconhecida da comunidade universitária, far-se-á uma política de publicações. Nossa intenção é editar anualmente dois trabalhos inéditos, sejam dissertações de mestrado ou teses de doutorado, cujas temáticas se relacionem com o foco deste projeto. Vale acrescentar que a seleção das obras será feita por banca de consultores *ad-hoc*. Além disso, publicaremos os resultados coletivos desta pesquisa sob a forma de livros e coletâneas.

3) Outro resultado esperado que merece menção é a sistematização e a consulta, por parte da

comunidade de pesquisadores e de pós-graduandos, às bases de dados:

- A) àquelas que já existem e foram já montadas pelos pesquisadores do grupo e que serão disponibilizadas através de um sistema de informação sobre o Oitocentos, que se pretende criar e que será acessado pela internet.
- B) através da organização de novas infobases pelo grupo, igualmente acessíveis para pesquisas locais ou pela internet (via site). A princípio, prevemos a montagem de três bancos de informações, a saber:: a) "Escravidão em banco de dados"; b) "Poder e política em banco de dados" e c) "Imagens do século XIX em bancos de dados". Os trabalhos para estes bancos já foram iniciados, com reunião de pesquisadores realizada no dia 12 de setembro de 2003.

4) Construção de um *site* do CEO (Centro de Estudos do Oitocentos), visando à divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, das atividades realizadas e dos bancos de dados. Neste espaço, que também servirá para promover intercâmbio acadêmico *on line*, haverá também um *link* apropriado para cadastramento de outros pesquisadores que estejam trabalhando sobre a temática e foco do projeto. Pretende-se colocar na rede um breve resumo com os resultados alcançados e artigos mais recentes gravados em pdf.

5) Visando incrementar a relação entre a universidade e o ensino de História, tencionamos divulgar os resultados de nossas pesquisas contribuindo para a formação de professores através de: cursos de extensão anuais ministrados por pesquisadores principais, pesquisadores colaboradores, mestrandos e doutorandos vinculados ao projeto. Estes cursos serão ministrados concomitantemente aos encontros regionais e também serão oferecidos na sede uma vez por ano, com a participação de alunos de mestrado e de doutorado. Outro aspecto importante a salientar diz respeito à preparação de material didático e publicação de textos para professores e alunos da rede oficial de ensino. Tal qual os cursos de extensão, nestes igualmente serão envolvidos alunos das Pós-Graduações e Recém-Doutores.

6) Finalmente, espera-se contribuir para o aprimoramento dos cursos de Mestrado e de Doutorado, oferecendo a possibilidade de debates com a equipe de pesquisadores principais e colaboradores, o convívio com um grupo de pesquisa sólido e estruturado, e o acesso a todas as atividades que forem realizadas, inclusive os bancos de dados.

4) A ADEQUAÇÃO DA EQUIPE PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO:

4. A adequação da equipe para a realização do projeto:

A equipe principal é constituída por doze historiadores, todos vinculados a programas de Pós-Graduação em História bem conceituados pela CAPES. Além destes pesquisadores, o projeto conta com cinco pesquisadores colaboradores, todos professores de instituições federais de ensino e que se doutoraram recentemente.

Os pesquisadores principais têm reconhecida experiência na área de foco deste projeto, com produção científica importante e vem trabalhando em conjunto com os pesquisadores colaboradores, por meio das atividades do Centro de Estudos dos Oitocentos. A par disso, as pesquisas já realizadas pelo grupo, assim como suas atuais investigações coadunam-se com o projeto proposto, conforme será demonstrado mais adiante, por meio de uma breve análise dos seus trabalhos mais relevantes.

José Murilo de Carvalho é um dos historiadores que mais tem contribuído para se pensar o Estado brasileiro no período Imperial e a formação das suas elites. Sua tese de doutorado, intitulada *Elite and state-building in imperial Brazil*, defendida na Universidade de Stanford, EUA, em 1975, foi, na publicação brasileira, dividida em dois livros que logo tornaram-se referência na análise da formação do Estado, da Nação e da cidadania. Assim, *A construção da ordem. A elite política imperial*. (Rio de Janeiro: Editora

Campus, 1980), fazendo largo uso de fontes primárias, tratadas por método prosopográfico, ajudou a se repensar a natureza dos partidos políticos e da elite política brasileira. Através da biografia coletiva, demonstrou a homogeneidade de formação de nossas elites e de que modo isto contribuiu para uma estrutura de dominação mais sólida baseada na ordem escravista. Já em *Teatro de Sombras* (São Paulo: Vértice, 1988), texto que foi publicado em francês sob o título: *Un Theatre D'Ombres. La politique Imperiale au Bresil* (Paris: Ed. De la Maison des Sciences de L'Homme, 1990) tratou de analisar, de forma meticulosa, o tipo de Estado que se formou no Brasil após a independência. As duas obras foram reeditadas em um único volume em 1996 (Relume-Dumará). A questão da constituição do Estado/Nação, da participação popular e da construção da cidadania continuaram sendo suas preocupações nos livros: *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); *A Formação das Almas. O imaginário da República* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990) - com edição em espanhol: *La formación de las almas. El imaginario de la república en el Brasil*. (Universidade Nacional de Quilmes, 1997)-; *Desenvolvimento de la cidadania en Brasil* (México: Fondo de Cultura Económica, 1995) - publicado recentemente e com atualizações sob o título: *Cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro* (Civilização Brasileira, 2001) e *Pontos e Bordados. Escritos de história e política* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998). O autor em questão possui ainda alguns artigos específicos sobre o tema da cidadania e da sua constituição no Brasil, destacando-se: "Brasil: Nações imaginadas". *Antropolítica*, v.1, n.1, p.7 - 36, 1995; "Cidadania: tipos e percursos". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.337 - 359, 1996; "Cidadania, estadania, consumismo: os impasses da democracia", no livro *Política e cultura. Século XX* (org. por CARVALHO, J. M. e outros, Rio de Janeiro, Relume Dumará: Alerj, 2002). Tal produção tem sido reconhecida nacionalmente em diferentes âmbitos, e levado a premiações e títulos a seguir discriminados: 1988 - Prêmio de Melhor Livro em Ciências Sociais da ANPOCS; 1989 - Medalha de oficial e Comendador da Ordem Rio Branco (Itamaraty); 1989 - Homem de Idéias (Jornal do Brasil); 1991 - Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro; 1992 - Medalha de Honra da Inconfidência (Governo de Minas Gerais); 1998 - Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico (Presidência da República) e 2001 - Medalha de Honra da UFMG. Recentemente, concedeu depoimento publicado no livro *Conversas com historiadores brasileiros* (São Paulo: Editora 34, 2002).

Manoel Luiz Lima Salgado, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Lúcia Lucia Maria Paschoal Guimarães, Alexandre Mansur Barata e Silvana Mota Barbosa vem pesquisando nesta mesma direção, voltados para a temática poder e idéias na formação da Nação e da cidadania. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães desenvolve há alguns anos investigações sobre a constituição da Nação e da identidade nacional, priorizando uma abordagem historiográfica. Destacamos, então, o seu livro, publicado na Alemanha, *Geschichtsschreibung Und Nation In Brasilien 1838-1857* (Berlim, 1987) e um capítulo do livro *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos* (Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28), intitulado: "Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte". Além destes textos, tem outros artigos publicados sobre o tema, em especial: "História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação." *História, Ciência e Saúde - Mangueiras*. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.389-411, 2000; "Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido". *História em Revista*. Pelotas, v.6, p.21-36, 2000; "A civilização nos trópicos: intelectuais e História no Brasil na primeira metade do século XIX". *Universidades, História, Memória, Perspectivas. Atas do Congresso "História da Universidade"*. Coimbra, v.5, 1991 e "Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional". *Estudos Históricos*. FGV, v.01, n.01, p.5-27, 1988. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves preocupou-se com a formação dos políticos e de personalidades de um modo geral, que se educaram nos quadros do constitucionalismo - e formaram os primeiros quadros de governo do Brasil independente - em seu livro *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência, 1820-1822* (Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003). Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Alexandre Mansur Barata e Silvana Mota Barbosa preocuparam-se igualmente com a formação da elite imperial e com os seus espaços de atuação. Tânia Bessone defendeu, na UFF, em 1983, uma dissertação de mestrado cujo tema foi um estudo dos advogados no Município Neutro da Corte, no período de 1860/1880, e uma tese de doutorado na qual se preocupou com as bibliotecas e com as leituras no Rio de

Janeiro: *Palácio dos destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1997). Neste livro, articulou livros e leituras com leitores e espaços de sociabilidade, obtendo Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, em 1997. Lúcia Guimarães defendeu, em 1990, na UFRJ, a dissertação *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*, em que analisa o ideário e as práticas políticas desenvolvidas pelo chamado liberalismo moderado no período regencial. Resultados parciais dessa pesquisa constituem o trabalho *Formes d'appropriation et d'adaptation des principes liberaux au Bresil durant la Minorite de L'Empereux Pedro II (1831-1840)* selecionado e financiado pelo governo francês para a apresentação no Congresso Mundial do Bicentenário da Revolução Francesa em 1989, e encontra-se publicado na obra coletiva dirigida por Michel Vovelle, (*L'image de la Revolution Française*, v. 3, Paris; Londres: Pergamon Press, 1989, p.1679-1687). Em 1995, na USP, defendeu tese de doutorado em que também examina a atuação do IHGB, articulando-a ao processo de consolidação do Estado monárquico: *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, editada na íntegra no nº. 388 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1995). Também tributária da tese de doutoramento é a contribuição *Politique à la academie: la construction de la memoire de l'empire bresilien (1838-1850)*, publicada no livro *Mémoires em devenir. Amérique Latine XVI-XX siècle*, organizado por François-Xavier Guerra (Bordeux: Maison des Pays Ibériques, 1994). Essas três últimas pesquisadoras participam, ainda, de uma rede de trocas e intercâmbios acadêmicos destinada, entre outros objetivos, a pensar o papel da cultura e dos intelectuais na formação dos Estados Latino Americana, coordenada pelo Dr. Hugo Cancino Trancoso (Universidade de Aarhus – DK). Este trabalho intelectual coletivo resultou em artigos e nos livros *Nuevas perspectivas teóricas y metodológica de la História Intelectual de América Latina* (org, Hugo Cancino Trancoso e Carmen de Sierra, Quito: Ediciones Abya-Yala, 1998); *Ideas en la creacion intelectual en America Latina* (org. Hugo Cancino Trancoso e Susana Klengel, Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 1999) e *Trabajo intelectual, pensamiento y modernidad em América Latina* (org. Hugo Cancino e Cláudio Bogantes, Varsóvia: CESLA; Aarhus: Universidade de Aarhus, 2002); *O Estado como vocação. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista* (org. Maria Emília Prado, Rio de Janeiro: Access, 1999) e *O liberalismo no Brasil Imperial. Origens, conceitos e prática* (org. Lúcia Maria Paschoal Guimarães e outros, Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001). Silvana Mota Barbosa e Alexandre Mansur Barata defenderam teses de Doutorado, na UNICAMP, em 2002, intituladas, respectivamente, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial* e *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790 - 1822)*.

Keila Grinberg e Adriana Pereira Campos preocuparam-se também com a formação da elite e da sua concepção de direitos e do Direito na formação do Estado, da Nação e da conformação de um determinado tipo de cidadania. Keila Grinberg fez um estudo aprofundado sobre os advogados que atuaram na Corte durante o século XIX, relacionando esta atuação à forma como o Direito no Império constituiu-se e positivou-se. O resultado pode ser aferido em suas duas obras: *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002) e *Código Civil e Cidadania* (Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001). Adriana Pereira Campos defendeu, em 2003, na UFRJ, a tese de doutorado *Nas barras dos tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Esforços análogos e que relacionaram política, poder e o Direito, levando em conta questões relativas à terra e à sua propriedade, ao comércio, aos negociantes e aos financistas, privilegiando, sobretudo, a Lei de Terras e o Código Comercial, foram feitos por Márcia M. M Motta e Carlos Gabriel Guimarães. Márcia M. M. Motta, no livro *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* (Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998) deteve-se na análise da atuação de proprietários, posseiros e rendeiros frente à posse, à propriedade e ao que julgavam ser seus direitos sobre a terra, desembocando em revoltas e disputas judiciais - texto premiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Carlos Gabriel Guimarães estudou a estreita articulação entre os bancos e a consolidação e o fortalecimento (via formas de financiamento) do Estado imperial. Mostrou a relação entre os banqueiros e o poder, desvendando aspectos da atuação da elite e como esta entendia o funcionamento do Estado. Esta pesquisa resultou em tese de Doutorado, defendida na USP, em 1997,

sob o título: *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Co, 1854-1866.*

Pesquisadores como Marcos Bretas e Ivan de Andrade Vellasco têm tomado por objeto instituições judiciais e/ou policiais com suas formas de controle e de regulação social. Marcos Bretas escreveu *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro* (Prêmio Pesquisa do Arquivo Nacional 1995 e livro publicado pelo próprio Arquivo Nacional, em 1997) e vários artigos, tais como: "A cultura policial e a polícia civil carioca" (co-autoria com Paula Poncioni), no livro *Cidadania, Justiça e Violência* (org. por Carvalho, José Murilo e outros, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999); "What the Eyes Can't See: Stories from Rio de Janeiro's Prisons". *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform, and Social Control, 1830-1940* (org. Ricardo D. Salvatore e Carlos Aguirre, University of Texas Press, 1996, pp. 101-122); "Slaves, Free Poor, and Policemen: Brazil, *Crime History and Histories of Crime. Studies in the Historiography of Crime and Criminal Justice in Modern History.* (org. Clive Emsley e Louis A. Knafla, Greenwood Press, 1996, pp. 253-270) e "As empadas do confeitiro Imaginário: A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro". *ACERVO. Revista do Arquivo Nacional.* Vol. 15, n. 1, 2002, pp. 7-22. Por sua vez, Ivan de Andrade Vellasco defendeu, em 2002, no IUPERJ, tese de doutorado intitulada *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça - Minas Gerais, século XIX.* Álvaro Pereira do Nascimento tem se dedicado ao estudo da Marinha no Império e na passagem para a República, enfocando o processo de constituição do poder na Armada, através do estudo das formas de resistência utilizadas pelos marinheiros, percebidos como um grupo de homens pobres e despossuídos. Publicou o livro *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 - Prêmio Arquivo Nacional de 1999) e defendeu tese de doutorado na UNICAMP, em 2002, sob o título *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910.* É também autor de artigos, a exemplo de: "Leis, costumes e valores: o legado jurídico lusitano na Marinha de Guerra Brasileira (1822-1893)", publicado na íntegra nas Atas do evento Portugal - Brasil: memórias e imaginários, Lisboa, 1999, Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; "Entre o justo e o injusto: o sentido do castigo na Marinha de Guerra", no livro *Leis e Direitos* (org. Silvia Lara, Editora da UNICAMP, no prelo) e "Um reduto negro: cor e política na Marinha de Guerra", no livro *Quase Cidadão* (org. Flávio Gomes e Olívia Gomes, no prelo).

Abordando outros grupos sociais nas suas lutas pela liberdade e pela cidadania, exercendo-as em negativo, no dizer de José Murilo de Carvalho, temos os livros de Gladys Sabina Ribeiro, de Martha Campos Abreu, a dissertação de mestrado de Celeste M. Baitelli Zenha Guimarães (*As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza*, UFF, 1984) e a tese de Doutorado de Silvia Brügger (*Minas Patriarcal - Família e Sociedade - São João del Rei, Séculos XVIII e XIX*, UFF, 2002). Martha Campos Abreu no livro *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900* (Rio de Janeiro: FAPESP/Nova Fronteira, 1999) estuda os espaços de sociabilidade e de lazer, como a festa do Divino, e a participação popular na esfera pública. Mostrou que a festa era uma forma de carnavalização de determinados símbolos da elite e do Estado imperial, ao mesmo tempo em servia à manutenção da ordem escravista, pois quem celebrava o Divino acabava celebrando o Brasil. Gladys Sabina Ribeiro preocupou-se com a formação de uma identidade nacional logo após a Independência e com a existência de projetos populares e alternativos de participação social e política nos primeiros anos do Brasil Independente, dentro daquilo que chamaríamos, na linguagem de Marshall, direitos civis e direitos políticos. Neste sentido, publicou *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado* (Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume-Dumará, 2002). Tem igualmente escrito vários artigos abordando a constituição da cidadania e da nacionalidade brasileiras, tais como "Ser Português Ou Ser Brasileiro?; Considerações Sobre O Primeiro Reinado". *Ler História*, Lisboa, v. 25, p. 27-55, 1994; "Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836". *Ler História*, Lisboa, v. 38, p. 111-161, 2000; "O desejo da liberdade e a participação política de homens livres pobres e de cor na Independência do Brasil", *Revista Cedes*, Campinas: Cortez, 2003 e "Desenlaces no Brasil pós-colonial: a construção de uma identidade nacional e a Comissão Mista de Portugal". *Revista Convergência*

Lusíada, Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 2003.

Como se pode constatar, grupo de pesquisadores tem em comum a preocupação com a construção da cidadania, as relações dos cidadãos com o governo e as instituições do Estado, os valores e as práticas sociais definidoras da esfera pública. A identidade é entendida pelo grupo não apenas no âmbito nacional, mas também do ponto de vista de diferentes identidades coletivas constituintes da Nação. A análise que propomos no projeto ora apresentado contemplará um diversificado arsenal de fontes, instituições, instrumentos e experiências formadoras de identidades. As pesquisas em andamento confirmam, de antemão, este perfil geral da equipe.

Atualmente, José Murilo de Carvalho tem aprofundado sua reflexão sobre os conceitos de nação e cidadania no século XIX, abordando o liberalismo, o radicalismo e o republicanismo no período de 1864 a 1873, a partir do pressuposto de que a passagem do radicalismo para o republicanismo significou uma redução do ingrediente democrático do primeiro, à medida que se privilegiou a liberdade em relação à igualdade e se equiparou liberdade ao federalismo. Manoel L. Lima Salgado Guimarães e Lúcia M. P. Guimarães continuam suas investigações sobre o IHGB, seus associados e as formas de construção historiográfica ali desenvolvidas, sendo que Lúcia M. P. Guimarães tem estudado também o papel desempenhado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros e sua inserção no panorama político-cultural do Segundo Reinado. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira vem desenvolvendo um trabalho integrado, onde mapeiam, através da pesquisa em periódicos, livros e documentação variada, as relações constitutivas de uma identidade brasileira dando atenção às relações culturais do Brasil com Portugal, França e Espanha Rio de Janeiro, no período de 1808-1922. Tentam, assim, perceber nas esferas do público e do privado atrações e repulsas imaginadas que teriam resultado de uma multiplicidade de visões e de uma diversidade de opiniões sobre o europeu, que acabaram incorporadas ao imaginário das elites brasileiras, prolongando-se através de várias gerações. Privilegiando o longo século XIX, consideram que foi este o período decisivo em que as relações culturais e as imagens cristalizaram-se, em paralelo à elaboração de uma Nação brasileira. Neste mesmo sentido marcham as investigações de Celeste M. Baitelli Zenha Guimarães, Alexandre Mansur Barata e Silvana Mota Barbosa. Celeste dedica-se atualmente às imagens litografadas sobre o Rio de Janeiro, relacionando-as não apenas ao empenho do país recém independente em apresentar-se ao mundo e, mas também à construção de uma identidade nacional que adquire diversas feições no imaginário da população carioca. Assim, os temas, os códigos, os padrões estéticos e as relações com textos presentes em cada tipo diferente de imagem do Rio de Janeiro são analisados como elementos importantes no processo de criação e de divulgação de sentidos variados e, eventualmente antagônicos. No momento, está montando um banco de dados, com os temas e os locais mais representados, classificando-os segundo o período histórico, o artista, os estabelecimentos onde eram produzidas as imagens e os periódicos que as divulgavam, acompanhadas das respectivas referências sobre as instituições que detinham a guarda desses documentos. Pretende, ainda, analisar as relações entre textos e imagens, e dos elementos formais das litografias, comparando-as com a produção mundial naquele período. Alexandre e Silvana procuram compreender as sociabilidades que compõem a cidadania e conformam aspectos identitários no Brasil na primeira metade do século XIX, período no qual o país se afirmava como estado independente e onde se constituíam espaços de sociabilidade moderna dedicados ao exercício da crítica, da educação política, da filantropia e do lazer.

Nesse mesmo sentido caminham os trabalhos de Martha Campos Abreu e Sílvia Maria Jardim Brügger Martha estuda a formação da identidade nacional a partir do exame de músicas do final do Império, discutindo as visões de Brasil e de cidadania que circulavam e eram divulgadas entre os setores populares da cidade do Rio de Janeiro. Detendo-se especificamente a vida de Dudu das Neves, tem mostrado como a vida de um famoso compositor e cantor também oferece uma nova e importante perspectiva de investigação sobre as possibilidades de inserção de um personagem popular e negro no mundo da música do final do século XIX constitui-se em um importante campo de discussão intelectual sobre uma pretensa identidade brasileira mestiça. Sílvia Maria Jardim Brügger tem contemplado questões relativas ao apadrinhamento de escravos (crianças e adultos), em Minas Gerais, na primeira metade do

século XIX. Procura entender os espaços de autonomia e de proteção nas formas de compadrio, que funcionavam como garantidoras de determinados direitos adquiridos. Para isto deverá organizar, aproveitando banco de dados já existente fruto de sua tese de doutorado, um novo banco que fará não somente uma tipologia dos padrinhos e das madrinhas escolhidos, mas, acompanhando diferentes fontes, buscará registrar os critérios da escolha com vistas a analisar quais os aspectos que estavam entrelaçados ao compadrio: teias de solidariedade, alianças verticais e horizontais, etc.

Aprofundando as questões relativas à polícia e às instituições policiais, judiciais e prisionais, têm trabalhado os seguintes pesquisadores: Marcos Bretas, Álvaro Pereira do Nascimento e Ivan de Andrade Vellasco. Marcos Bretas e Álvaro P. Nascimento consolidam informações na área da história das prisões e da polícia no Rio de Janeiro desde o início do século XIX. Ivan preocupa-se com a construção e ação da força policial no Império, em especial na província de Minas Gerais. Desta forma, os três pesquisadores têm analisando tanto a questão da legislação, quanto a da atuação da polícia e suas práticas dentro dos estabelecimentos correccionais. Preocupam-se com o recrutamento, as rotinas, a composição social, a formação das instituições, a montagem das máquinas burocráticas encarregadas de manter a ordem, o controle e a regulação social. Os seus estudos contribuirão para elucidar o processo de construção dos aparatos coativos do Estado e de negociação da ordem social.

Keila Grinberg tem investigado os aspectos relativos à re-escravização, ao Direito e aos chamados Direitos no Brasil Oitocentista, já que uma das principais características da forma como a cidadania foi conceituada no Brasil imperial, a partir da Constituição de 1824, diz respeito à inclusão dos libertos e seus descendentes entre os cidadãos brasileiros. Contudo, pouco se conhece sobre a forma como os libertos vivenciaram a experiência da cidadania e pouco se sabe sobre as ameaças por eles sofridas à sua dupla condição de livre e cidadão. Neste sentido, Keila tem avaliado as práticas de re-escravização tomando como ponto de partida os recursos na justiça impetrados por escravos (focará também a relação que o poder judiciário e seus agentes estabeleciam com senhores e libertos ameaçados de re-escravização). Tenciona analisar a revolta contra o registro civil ocorrida em Pernambuco em 1851. Deste seu trabalho resultará um banco de dados que cruzará com outro que já organizado sobre ações de liberdade na Corte do Rio de Janeiro. Também no campo das questões relativas ao Direito, Márcia M. M Motta tem investigado os embates jurídicos presentes no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro sobre o direito à terra, pontuando as várias decisões legislativas a esse respeito. Discute, a partir desta problemática, os elementos constitutivos da nação brasileira, em sua relação com a formação de uma dada concepção de território. Não é demais salientar que a Constituição de 1824, ao consagrar o direito de propriedade em toda a sua plenitude, levou o Império brasileiro a vivenciar intensas disputas acerca das formas legítimas ou não de ocupação da terra expressando – por sua vez – leituras distintas sobre as chamadas terras da igreja, terras particulares e terras da nação. As contendas em áreas pertencentes à Igreja e em áreas devolutas demonstram os limites do Império em demarcar os domínios e revela a tensa relação entre Estado, Igreja e fazendeiros, o que descambou em uma determinada visão de ocupação territorial marcada pela violência.

A questão da identidade e da cidadania é alvo ainda de Gladys S. Ribeiro, que vem se dedicando ao estudo dos trabalhos da Comissão Mista Brasil – Portugal, instalada após o Tratado de Paz e Amizade que selou a separação entre colônia e metrópole. A pesquisadora analisa de que modo, ao longo do século XIX, os governos brasileiro e português tentaram solucionar os problemas relativos à nacionalidade e aos direitos dos cidadãos/súditos. Examinando quem eram os “portugueses” (brasileiros do artigo 4º da Constituição) que tiveram os seus bens seqüestrados, tem verificado nas províncias envolvidas nos seqüestros e no processo de guerra qual seria o critério de “brasilidade” que estava em jogo no período, especialmente nos anos pós-independência. Desta forma, está elaborando um mapeamento meticuloso desses indivíduos à luz das suas profissões e dos papéis que desempenharam na política e na sociedade locais, apontando, de um lado para as suas ligações com os comerciantes de grosso trato do Sudeste, do Porto e de Lisboa; de outro, para os seus liames com os governos brasileiro e português. Neste sentido, possui já várias info-bases, entre elas, bancos de dados com nomes de comerciantes, suas

nacionalidades, riqueza média, valores e bens seqüestrados – elementos que são identificados nos processos de seqüestro e nas Atas da Comissão. Tais informações serão cotejadas com os dados levantados por Carlos Gabriel Guimarães relativos a negociantes e banqueiros no mesmo período e proprietários de terra, assim como com os sesmeiros indexados por Márcia M. M Motta. A investigação, por conseguinte, possui interfaces com as dos pesquisadores Carlos Gabriel Guimarães, Márcia M. Mota, e Adriana Pereira Campos. Por sinal, Carlos Gabriel tem usado fontes portuguesas para estudar o comércio do Brasil, Portugal e Inglaterra na primeira metade do século XIX. Valendo-se da documentação da Alfândega, dos Almanques Mercantis e de periódicos, como o *Diário de Governo*, tem reconstituído redes comerciais e de interesses que não somente estiveram por detrás das negociações do Tratado da Independência, mas que influenciaram toda a política internacional e financeira desses países, inclusive questões relativas ao tráfico e sua abolição, problemas de soberania e de financiamento externo dos países e de particulares. Já Adriana Pereira Campos tem levantado a riqueza média da Comarca de Vitória, entre 1750-1850, visando entender o peso das propriedades e posses senhoriais. A sua investigação procura traçar um quadro analítico das formas de controle da camada servil no interior das hierarquias sociais capixabas, utilizando fontes primárias de origem privada, como testamentos e inventários, além de listas de batismos, e documentos públicos, como cartas e relatórios de autoridades da Província, de tal forma que tais informações devidamente sistematizadas venham a formar importantes bases de dados.

Além dos trabalhos individuais e das atividades ligadas mais diretamente à Pós-Graduação (orientação ou atividades docentes), todos os pesquisadores deverão envolver-se nas atividades coletivas relacionadas à elaboração de instrumentos de pesquisa, editoração, organização de encontros científicos e cursos de extensão. O fato da equipe principal estar sediada no Rio de Janeiro favorece a troca e o intercâmbio, bem como a formação de infobases, que serão alimentadas tanto pelos pesquisadores colaboradores e quanto por outros especialistas dedicados ao estudo do século XIX que desejarem incorporar-se ao grupo.

Para dar suporte às atividades descritas nesta proposta, o projeto inclui a colaboração de técnicos (a serem recrutados de acordo com o que foi descrito em item específico) e a participação de recém-doutores e mestres, que auxiliarão nos trabalhos de campo e de supervisão dos bolsistas de iniciação científica. Do mesmo modo, prevê-se a contratação de um assistente administrativo e um mensageiro que ficarão baseados no Centro de Estudos dos Oitocentos, local sede do projeto por assim dizer. O primeiro, encarregado de manter organizados e atualizados registros, correspondências e informações. O segundo, com a incumbência servir de elemento de ligação entre as instituições localizadas no Rio de Janeiro e em Niterói, facilitando a circulação comunicação de documentos, relatórios e outros papéis afins.

Finalmente, cabe destacar que ao término do primeiro ano de atividades deveremos deverá contar com a avaliação crítica de um professor externo, especialista na temática focalizada nesta proposta.

B) RESUMO DO PROJETO

Há, no Brasil, atualmente, um surto de estudos históricos sobre o Império, abrangendo várias dimensões da vida social. O projeto aqui proposto pretende delimitar esse vasto campo de investigação em sua abrangência e em seu foco. A redução da abrangência se dará pela reunião de pesquisadores que se dedicam, sobretudo à dimensão política do fenômeno social. Dentro do campo político, ainda excessivamente vasto, o foco se estreitará em torno de dois eixos temáticos, a nação e a cidadania. Embora estreitamente vinculados, podem ser analiticamente distinguidos, referindo-se a nação ao problema da formação de identidades coletivas e a cidadania ao problema das relações entre sociedade e Estado. A esta delimitação da abrangência do campo da pesquisa, agrega-se um foco analítico específico, o de buscar aspectos até agora pouco explorados, seja por limitações teóricas, seja por restrições de bases de dados, dos fenômenos da nação e da cidadania. No campo da construção de identidades

coletivas, será dada atenção também a identidades sub-nacionais, como as étnicas, as regionais e as religiosas e será examinado o impacto dessas identidades sobre a construção da identidade nacional. No campo da cidadania, serão pesquisadas, preferencialmente, as manifestações de caráter político que passam ao largo do sistema formal de representação e ações coletivas que indiquem práticas e valores sociais relevantes para o mundo político. Pretende-se com esta proposta abrir novos horizontes no estudo do tema e contribuir para a renovação do paradigma historiográfico existente.

C) PARA PESQUISA EM ANDAMENTO DESCRIVER AS ETAPAS JÁ REALIZADAS

O grupo de pesquisadores do CEO (Centro de Estudos do Oitocentos) já vem se reunindo regularmente desde a sua fundação, em agosto de 2002, tendo encontros mensais de trabalho. Além disso, pensando na estrutura maior do CEO, realizou reuniões de trabalho no dia 27/08/2002, onde elaborou forma e objetivos de atuação, indicando as atividades prioritárias a serem realizadas; no dia 22 de outubro de 2002, definiu o planejamento dos eventos de abril de 2003, elegendo uma Comissão Executiva para tal atividade, e no dia 12 de novembro, deliberou o título final do Seminário do CEO na ANPUH (Associação Nacional de História) de João Pessoa. A partir desta data, a Comissão Executiva começou a atuar. Foram, então, realizados um Seminário Regional (o 1º deste tipo) na Universidade Federal Fluminense, nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2003 (programação e relato sobre este Seminário em anexo); um Seminário Nacional no âmbito da ANPUH de João Pessoa (programação em anexo do Seminário Temático: Entre escravos, migrantes e livres pobres: questões de identidade, liberdade e cidadania nos oitocentos) e uma reunião no dia 12 de setembro de 2003, intitulada "O oitocentos em banco de dados", com duas sessões: "Escravidão em banco de dados" e "Poder e política em banco de dados". Além disso, duas coletâneas estão sendo organizadas pelos membros do Projeto, com os resultados dos seminários acima. Uma primeira está sendo organizada pelas Profas. Dr^{as}. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ) e Gladys Sabina Ribeiro (UFF); uma outra pelos Prof^{as}. Drs. Marcos Bretas e Carlos Gabriel Guimarães.

D) Descrição clara do Núcleo e de sua origem:

As estruturas dos cursos de graduação e de pós-graduação em História no estado do Rio de Janeiro não oferecem espaço para a criação de hábitos de trabalho coletivo, nem condições de diálogo permanente entre os professores/pesquisadores que se dedicam a áreas temáticas comuns em instituições diferentes. Assim sendo, premidos por esta necessidade, os professores Doutores Gladys S. Ribeiro, Márcia M. Motta, Carlos Gabriel Guimarães, Martha Campos Abreu, da UFF; José Murilo de Carvalho, Marcos Bretas, Celeste Zenha Guimarães, Manoel Salgado Guimarães, Álvaro Nascimento, da UFRJ; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Tânia Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, da UERJ; Keila Grinberg, da UNIRIO, fundaram o Centro de Estudo do Oitocentos (CEO). Logo receberam a adesão de outros colegas das suas próprias universidades (Profas. Doutoradas Gizlene Neder e Hebe Castro, da UFF; Profs. Doutores Marco Morel e Ricardo Salles, da UERJ), e de instituições de outros estados (Prof. Doutor Ivan de Andrade Vellasco e Profa. Doutora Silvia Maria Jardim Brügger, da UFSJ; Prof. Doutor Alexandre Mansur Barata e Profa. Doutora Silvana Mota Barbosa, da UFJF; Professora Doutora Adriana Pereira Campos, da UFES). A boa acolhida obtida junto à comunidade acadêmica gerou a necessidade de realizar um primeiro encontro regional e outro de âmbito nacional para trocas mais aprofundadas.

O CEO caracteriza-se por se constituir em um espaço interinstitucional, direcionado para o estudo da história do que convencionamos denominar de *longo século XIX*, período que se estende desde o que conhecemos como crise do sistema colonial, em fins do século XVIII, até o final da chamada República Velha. A sua proposta consiste em reunir núcleos, laboratórios, linhas de pesquisa, professores e alunos de graduação e de pós-graduação de diferentes instituições, com o intuito de trocar informações, montar bancos de dados, compartilhar experiências e discutir resultados de investigações e bibliografias afins.

De um modo geral, o CEO se propõe à consecução dos seguintes objetivos: 1) Elaborar sínteses historiográficas a partir dos novos trabalhos realizados nas Pós-Graduações que, muitas vezes, comportam apenas análises regionais, perdendo de vista o contexto global; 2) Estimular a difusão de bancos de dados elaborados por pesquisadores, alunos de Pós-Graduações e professores associados, alimentados por pesquisas individuais e/ou coletivas, incrementado sua circulação entre os estudiosos do século XIX, abrindo a possibilidade de instituir um sistema de informação sobre o século XIX permanentemente atualizado, a partir da colaboração de todos; 3) Formar novos bancos de dados, por fundo documental ou temático, de autoria individual ou coletiva; 4) Fazer circular a experiências de montagem de banco de dados, tanto por meio de assistência teórico-metodológica, como pela cessão de instrumentos de trabalho, como tabelas e máscaras já elaboradas por professores filiados; 5) Promover discussões e intercâmbios sobre os temas de interesse dos pesquisadores e sobre os resultados alcançados em investigações desenvolvidas; 6) Divulgar os resultados das pesquisas feitas pelos associados em futuro *site* do CEO, facilitando o intercâmbio acadêmico; 7) Divulgar artigos e livros escritos pelos associados; 8) Divulgar entre os professores de 1 e 2^o graus os resultados das pesquisas desenvolvidas, preparando inclusive material didático para esses níveis de ensino; 9) Convocar seminários regionais (a cada dois anos) e nacionais (também a cada dois anos, e sempre no âmbito o Simpósio Nacional da ANPUH), para incrementar a troca de experiências e o diálogo; 10) Realizar, entre os membros pertencentes às universidades sediadas no Rio de Janeiro, atividades periódicas de troca acadêmica, de tal modo a constituir uma linha permanente de pesquisa; 11) Divulgar notícias de interesse geral dos associados.

Vale acrescentar que professores fundadores do CEO, que abrigará o projeto ora proposto, já mantinham com alguma regularidade um certo diálogo e uma troca acadêmica, embora os julgassem precários, necessitando de maior sistematização. Decidiram, então, reunir esforços e criar um espaço institucionalizado para discussões e intercâmbios sobre temas de seus interesses. Partindo de objetos e abordagens comuns, o grupo começou a realizar as atividades descritas no item acima e que desembocaram no presente projeto. Neste sentido, a proposta apresentada ao PRONEX visa fortalecer este núcleo emergente, pois o grupo de pesquisadores principais e colaboradores está diretamente engajado na realização de produtos relativos à pesquisa proposta e aos seus objetivos, por meio da montagem e manutenção de infra-estrutura adequada.

E) ESTADO-DA-ARTE

É quase lugar comum afirmar, hoje em dia, que uma grande parcela da população brasileira não tem acesso ao exercício cotidiano dos direitos civis a que faz jus no papel, e tanto pior é sua situação quanto mais escura é a sua pele. Nem são necessários grandes exemplos: um olhar impressionista já basta para concluir que os descendentes dos africanos que imigraram escravizados para o Brasil até meados do século XIX têm, comparados ao restante da população, menos acesso à educação, menos possibilidades de ascensão social e, por extensão, pior qualidade de vida.

É comum atribuir à existência da escravidão a explicação para este estado de coisas. Para muitos, o fato de o Brasil ter-se tornado independente sem grandes lutas sangrentas ao mesmo tempo em que manteve a vigência do regime de trabalho escravo tornou risíveis quaisquer tentativas de estabelecimento de critérios mínimos para o exercício da cidadania no Brasil imperial.

É este raciocínio que fundamenta as famosas teses sobre o caráter dual do liberalismo brasileiro, que teria sido importado da Europa como modelo e aplicado, apenas na aparência, à realidade brasileira do século XIX, sem que a essência patriarcal da sociedade tivesse sido transformada. Em um liberalismo “fora de lugar”, nada mais compreensível do que a existência de direitos civis de fachada, que não corresponderiam à realidade por eles vivenciada. Definidas por Roberto Schwarz no artigo “As idéias

fora do lugar”, escrito na década de 1970, e ainda encontrando eco em textos bastante recentes, pode-se dizer que tais idéias fazem parte da trajetória do pensamento social brasileiro desde, pelo menos, o início do século XX.⁹

Elas foram questionadas por autores como Maria Sílvia de Carvalho Franco, que admitiam a pertinência do liberalismo numa sociedade escravista, por ter-se nele ancorado a formação do Estado e a própria defesa da escravidão. Embora esta polêmica esteja hoje superada – já que parte do princípio da unicidade da ideologia liberal, quando, na realidade, os processos de formação de sociedades e Estados liberais foram múltiplos e contraditórios – ela contribuiu para consolidar uma determinada visão do Estado nacional brasileiro no século XIX e das elites que a compunham: a de que a escravidão teria destruído o homem (e, portanto, o cidadão) brasileiro; e também a de que a formação da nacionalidade e da cidadania brasileiras estariam a cargo somente do Estado.¹⁰

Esta perspectiva fincou raízes profundas na historiografia brasileira, tanto no que se refere à concepção de Estado imperial, quanto de nação e cidadania no Brasil: ela teve como resultado a concepção de que o exercício de direitos no Brasil do século XIX não passariam de farsa, resultado da sociedade escravista e patriarcal que se mantinha sem que a população reagisse adequadamente e do próprio caráter excludente e elitista do Estado imperial brasileiro.

De fato, a formação da nacionalidade brasileira no século XIX foi tida como uma construção frágil, resultante de um conflito de interesses entre brasileiros e portugueses que vinha se formando desde fins do século XVIII, na conjuntura da crise do Sistema Colonial. Neste quadro, a Independência teria sido uma “revolução” política, fruto da consciência dos “colonos” contra os “colonizadores”, mas não uma ruptura social e econômica. Para autores como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Emília Viotti da Costa – baseados na interpretação de Armitage –, o processo de independência e, por extensão, a construção da identidade nacional seriam marcadas pela falta de um projeto político articulado, marcado pela ausência da participação popular nos acontecimentos mais importantes do período imperial.¹¹ A nação brasileira, portanto, teria sido fruto da preservação da unidade política e da integração do território, capitaneados pelo Estado Nacional, nos moldes idealizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como demonstra Lucia M. P. Guimarães,¹² e que em termos historiográficos consolidou-se através da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.¹³ Ao desvincular a formação do Estado brasileiro à formação da nacionalidade – como o faz, por exemplo, Maria Odila da Silva Dias –, esta interpretação situa a identidade nacional brasileira como tendo sido fundada por uma elite política e econômica, que, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, estaria preocupada em salvaguardar a ordem, estabelecida através da manutenção da escravidão e da exclusão das camadas pobres da esfera de tomada de decisões políticas.¹⁴

⁹ Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar”, in *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977. Para um exemplo da historiografia contemporânea que trabalha a partir do mesmo referencial conceitual, ver Richard Graham, “Ciudadanía y Jerarquía en el Brasil esclavista”, in Hilda Sabato (edit.), *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.

¹⁰ FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. Caderno de Debates, São Paulo, no. 1, 1976.

¹¹ Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979; Nelson Werneck Sodré, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997 (2ª. edição); Emília Viotti da Costa, “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil” In Mota, C. G. (org.) *Brasil em Perspectiva*. SP, DIFEL, 1971; John Armitage, *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

¹² Lucia Maria Paschoal Guimarães, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB, Rio de Janeiro n.º 388*, 1995.

¹³ _____, “Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil”. In: Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, v.2, p. 75-96.

¹⁴ Maria Odila da Silva Dias, “A interiorização da metrópole”, in (1808 – 1853), in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986.

Esforço recente da historiografia brasileira, no entanto, tem tentado modificar este viés de interpretação. Autores como José Murilo de Carvalho e Ilmar de Mattos vêm contribuindo substancialmente para questionar a concepção de que a história da nossa emancipação política se reduz à da construção de um Estado centralista.¹⁵

Instigadas especificamente pela análise deste último, autoras como Marcia Berbel, Iara Lis Carvalho Souza e Gladys Sabina Ribeiro analisam a formação do Estado nacional como fruto de um processo de disputas entre grupos distintos, iniciado no período da Independência e consolidado na década de 1840.¹⁶ Outros autores, como Ricardo Salles, questionam a mesma interpretação acerca da formação da nacionalidade brasileira ao abordar a Guerra do Paraguai, argumentando que ela, ao mobilizar grande parte da população habitante do Brasil, converteu-se na mais importante experiência coletiva desde a Independência, contribuindo sobremaneira para a criação de um sentimento coletivo de pertencimento à nação.¹⁷

A partir destes estudos recentes, o processo de formação da “identidade” brasileira, portanto, passou a ser visto no plural, como um processo de formação de “identidades”. Isto não só porque é fruto de diversos embates sociais, podendo ser dotado de múltiplos significados, mas também porque, para além da identidade coletiva maior – a brasileira – formada no decorrer do século XIX, também estão em processo de construção, neste período, diversas formas de identificação coletiva, como as identidades étnicas, religiosas e regionais. Ainda neste sentido, estudos de cultura popular, como os realizados por Martha Abreu e João José Reis também têm sido fundamentais para demonstrar a importância dos espaços de sociabilidade na formação de sentimentos de pertencimento ao grupo, seja ele uma comunidade específica, seja ele a “nação brasileira”.¹⁸

Da mesma forma que as análises sobre a formação da nação brasileira, os estudos sobre o exercício da cidadania no Brasil oitocentista também vêm questionando a concepção de que a cidadania brasileira teria sido formada por um Estado demiúrgico, que moldaria a sociedade brasileira. É José Murilo de Carvalho quem chama a atenção para a importância dos estudos sobre a cidadania no Brasil do século XIX, lembrando que este foi o período no qual, para além do momento da Independência e da promulgação da Constituição de 1824, um número enorme de brasileiros se viu incluído entre aqueles indivíduos considerados cidadãos.

Tendo como referência o clássico texto de T.H. Marshall sobre o desenvolvimento da cidadania na Europa Ocidental, no qual ele propõe a seqüência direitos civis – direitos políticos – direitos sociais como um viés explicativo para a forma como a cidadania foi constituída na Inglaterra, ele aponta para a impossibilidade de se usar critérios tradicionais para análise da cidadania no Brasil do século XIX,

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 (2ª. edição). Ilmar R. de Mattos. O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.*

¹⁶ Ilmar R. de Mattos, *op. cit.*; Gladys Sabina Ribeiro, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001; Márcia Berbel. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-1822. São Paulo, Hucitec, 1999; Iara Lis Carvalho Souza, Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831) São Paulo, Unesp, 1999.*

¹⁷ Salles, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. Ver também, do mesmo autor, Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil no Segundo Reinado. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.*

¹⁸ Martha Abreu, *O Império do Divino, Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; João José Reis, *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Do mesmo autor, ver “Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”, in *Tempo*. Rio de Janeiro: , v.2, n.3, p.7 - 22, 1997; “De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição”, in *Afro-Ásia*. Salvador, v.24, p.199 - 242, 2000; *Rebelião Escrava no Brasil.* São Paulo, Cia. das Letras, 2003 (nova edição revista e ampliada).

alertando para o fato de que, ao contrário de países como a própria Inglaterra, a França e os Estados Unidos, o exame das formas de participação social nesta época deveria atentar para mecanismos informais de representação e expressão populares.¹⁹

Para Carvalho, a grande diferença da formação da cidadania no Brasil para a daqueles outros países é que aqui ela havia sido uma iniciativa estatal, “de cima para baixo”, parte do processo de secularização, organização e burocratização de qualquer Estado que se prezasse moderno. Assim, o fato de a população ter-se revoltado em diferentes momentos com medidas implementadas pelo Estado deveria ser compreendida como a recusa em permitir uma regulação vinda de cima, que não levava em conta seus direitos tradicionais ou, como se dizia então, costumeiros. O exercício de direitos civis no Brasil oitocentista seria, portanto, um exercício da cidadania em negativo. Assim sendo, chama atenção para a necessidade de novas abordagens que contemplem novos objetos e fontes, abrindo caminho para que se analise formas distintas de participação social onde se dê conta de diferentes agentes, grupos e movimentos sociais que se relacionam com o Estado a partir de percepções particulares oriundas das suas vivências.

A análise de formas alternativas de participação social no Brasil do século XIX é justamente o que vêm fazendo autores como Hebe Mattos, Sidney Chalhoub, Keila Grinberg, Joseli Mendonça, Eduardo Spiller Pena e Elciene Azevedo – cujos trabalhos dialogam com os estudos de Rebecca Scott, Thomas Holt e Frederick Cooper sobre os Estados Unidos e o Caribe – a partir da análise das expectativas criadas por escravos e libertos quanto à obtenção de direitos de cidadania.²⁰ A mesma perspectiva de análise pode ser encontrada em estudos sobre a justiça, o poder judiciário e a polícia (que enfatizam a relação desta com os distintos agentes sociais) como os realizados por Marcos Bretas e Carlos Eugênio L. Soares; de forma semelhante, as disputas em torno dos direitos de cidadania de “outros” – imigrantes – e da constituição de uma determinada forma de “ser brasileiro” vêm sendo analisadas por autoras como Gladys S. Ribeiro e Lucia M. Bastos Pereira das Neves.²¹ Esta última dedicou-se a fazer uma análise criteriosa dos conceitos do constitucionalismo, tal como foram interpretados e vivenciados

¹⁹ José Murilo de Carvalho, “Cidadania: tipos e percursos”, in *Estudos Históricos* vol. 9, no. 18, 1996, p. 355 e *Desenvolvimento de la Ciudadanía en Brasil. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 51. Ver também, do mesmo autor, “Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del siglo XIX”, in Hilda Sabato (edit.), Ciudadanía política y formación de las naciones... De T.H. Marshall, ver “Cidadanía e Classe Social” in Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. Para críticas e reflexões sobre o trabalho deste autor, ver Albert O. Hirschman. A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo, Companhia das Letras, 1995; Bryan S. Turner, “Outline a Theory of Citizenship”, in *Sociology*, vol. 24, n° 2, Maio 1990, p. 189-217; Maurice Roche, “Citizenship, Social Theory, and Social Change”, in *Theory and Society*, vol. 16, n° 3, Maio 1987, p. 363-399; Anthony W. Marx, “Contested Citizenship: The Dynamics of Racial Identity and Social Movements”, in Charles Tilly (org.). *Citizenship, Identity and Social History. International Review of Social History* vol. 40, Supplement 3, 1995, p. 159-183; Martin Bulmer & Anthony M. Rees (orgs.). *Citizenship Today: the Contemporary Relevance of T.H. Marshall. Londres, UCL Press, 1996.**

²⁰ Hebe Maria Mattos. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998*; Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990*; Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direitos civis no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003*; Joseli Mendonça, *Entre A Mão e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, Editora da Unicamp, 1999*; Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX. Campinas, Editora da Unicamp, 2001*; Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, Editora da Unicamp, 1999*. SCOTT, Rebecca, Holt, Thomas & Cooper, Frederick. *Beyond Slavery: Explorations of Race, Labor, and Citizenship in Postemancipation Societies. Chapel Hill e Londres, The University of North Carolina Press, 2000.*

²¹ Gladys S. Ribeiro, op. cit.; Lucia M. Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003. Ver também, desta autora, “Brasileiros e portugueses: ambivalência de imagens, na primeira metade do oitocentos”, in Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba, v.1, p.125 - 136, 2003.*

no Brasil dos anos de 1820.

A partir dos trabalhos acima, podemos afirmar, então, que boa parte das mobilizações populares ocorridas no Império tiveram como motivação a expectativa de direitos civis e de igualdade efetiva entre os cidadãos. Nisso residiriam os motivos de movimentos como os alistamentos em massa de escravos no serviço militar, objetivando alforriar-se – e com isso adquirindo direitos civis –, os protestos contra a divisão de tropas do Exército em movimentos separados por “cores” ou categorias raciais, as reivindicações de "igualdade entre todas as cores" nas lutas de independência e nas revoltas populares do período imediatamente pós-Independência e do governo regencial e, de forma mais ampla, os quilombos, os protestos e os quebra-quebras ocorridos em larga escala durante todo o século XIX. O crescimento da pressão jurídica contra a escravização ilegal, através de ações de liberdade, bem como o próprio movimento abolicionista, se configuraram como importantes movimentos de luta por direitos civis. Nesse sentido, a partir da independência, teria ocorrido uma efetiva pressão de distintos setores da sociedade pelo reconhecimento de seu direito à cidadania.

Julgamos, no entanto, que o campo ainda permanece pouco explorado, já que estudos sobre a construção da cidadania, da nação e de identidades coletivas no Brasil do século XIX ainda necessitam de uma revisão. É neste sentido que propomos, da forma como foi descrito no foco descrito no item a) deste projeto de pesquisa, a problematização das noções de cidadania e nação em termos bastante amplos, situando problemas políticos, historiográficos e metodológicos a serem enfrentados nas diversas pesquisas.

F) METODOLOGIA

A proposta ora apresentada, do ponto de vista teórico-metodológico, inspira-se nas premissas da chamada história política renovada, cujos fundamentos foram lançados e sintetizados por René Remond²². A concepção da política como esfera de gestão é uma das referências básicas que norteiam este projeto coletivo, que pretende ampliar os horizontes de investigação sobre o par nação e cidadania no Império brasileiro. Isto implica em retomar a questão do Estado e das instituições governamentais sob novos enfoques.

O interesse deste tipo de estudo para a historiografia é marcante e merece ser destacado, pois, de um modo geral, sempre houve uma inclinação nítida para se destacar o papel do Estado (enquanto administração pública) na formação das sociedades, sobretudo no Brasil onde a formação do Estado precedeu a construção da Nação²³. Em contrapartida, afirmava-se outro caminho interpretativo que valorizava o papel dos interesses econômicos, da estrutura social ou dos agentes privados, em que o Estado aparecia como instrumento dessas forças e não como força motora principal. As tendências atuais, no entanto, indicam uma superação desta dicotomia, na medida em que quando se toma como objeto de análise determinada instituição estatal, por exemplo, isto não significa ignorar outros elementos do contexto, forças sociais e políticas, ou dimensões ideológicas que interagem no seio das instituições.

Em termos de métodos de pesquisa, esta compreensão da política como *locus* de gestão desenvolve-se ainda através do estudo de elites (prosopografias). Vale lembrar que as biografias coletivas vêm sendo utilizadas pela ciência política já há algum tempo e que ganham especificidade dentro da abordagem histórica²⁴.

Uma outra via de investigação que se afigura apóia-se no conceito de sociedade civil (compreendida aqui como o conjunto de grupos, comunidades e instituições não estatais) e suas formas de organização e expressão²⁵. Esta tem sido a visão predominante sobre o conceito, embora a complexidade da “sociedade civil” esteja longe de ser facilmente equacionada. Se o enfoque marxista-leninista aponta para a convergência entre sociedade e Estado, com a fusão de ambos através de um “partido de massas”, a perspectiva liberal, levada ao extremo do neoliberalismo por assim dizer, valoriza a autonomia da “sociedade civil” e sua independência diante do Estado. Todavia, uma outra perspectiva gerada a partir do conceito de “espaço público”, formulado por Habermas e Koselleck, mesmo sem substituir a noção de “sociedade civil”, também vem servindo de matriz para diversas produções historiográficas²⁶.

De um modo geral, o campo de pesquisa em torno das noções de “sociedade civil” ou de “espaço público” tem se revelado bastante fértil, principiando pelo estudo das sociabilidades, reabilitado por Maurice Agulhon²⁷. Privilegia-se a análise das associações num contexto cronológico e geográfico definido, onde se destacam confrarias, sociedades públicas, associações profissionais, maçônicas e outras formas distintas do modelo dos partidos políticos contemporâneos²⁸.

²² René Remond, *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 22-23.

²³ José Murilo de Carvalho, “Primeiros passos (1822-1930)”, in: _____, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 15-83”.

²⁴ Lawrence Stone, “Prosopography”, in _____, *The past and the present revisited*. London and New York: Routledge & Kegan Paul, 1987, p.45-73

²⁵ Jean Brémont, *Dictionnaire de la pensée politique*. Paris: Hatier, 1989, p. 455-6.

²⁶ Ver, Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978 (primeira edição de 1954). Ver, também, Reinhard Koselleck, *Le Règne de la critique*, Paris: Éditions EHESS, 1979, (primeira edição de 1953).

²⁷ Maurice Agulhon, “Le cercle dans la France bourgeoise 1810 - 1848”, *Cahier des Annales*, Paris, n° 36, 1977.

²⁸ Gille Le Béguec, “Les circuits de formation du personnel politique”, in: BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.), *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998, p. 303-318.

O certo é que essa perspectiva de abordagem também revigorou o estudo dos partidos políticos, na medida em que não limita a vida partidária somente à atuação nos parlamentos, englobando processos e resultados eleitorais, mobilizações e conflitos políticos²⁹. Ao mesmo tempo, trouxe à tona as sociabilidades informais, ou não institucionalizadas, que se caracterizam por agrupamentos familiares, de clientela, de vizinhança, dos salões literários, por exemplo.

Outra vertente de trabalho que se reforça dentro do mesmo campo é referente aos movimentos sociais ou políticos. A tendência atual aponta para a superação de alguns pressupostos que orientaram este tipo de estudo, como o de compreender tais movimentos enquanto precursores de algo que estaria por vir, como a manifestação da nacionalidade, a conquista da cidadania ou o prenúncio de ideologias.

Assim, a história dos movimentos sociais parece querer levar em conta não apenas os momentos de explosão (que por vezes são os mais ricos de elementos), mas também a politização do cotidiano e fatores até então pouco abordados de maneira sistemática, como a violência das multidões³⁰. Aliás, neste domínio, há que reconhecer os avanços tributários do diálogo entre história e antropologia. O conhecimento das “culturas populares” e das “sociedades tradicionais”, desenvolvido, sobretudo por esta última disciplina, oferece aos historiadores instrumental teórico para reexaminar o papel desempenhado pelas camadas subalternas da população do ponto de vista étnico e/ou social, suas estratégias de organização, resistência, interação ou tentativas de integração face à ordem dominante. O estudo de Genovese sobre a dimensão política da escravidão e a presença direta e indireta dos escravos na vida política nacional dos EUA permanece como exemplo desta tendência³¹.

Na esteira do movimento de renovação da história política, salientam-se, ainda, as pesquisas que se definem em torno do conceito de cultura política e da dimensão do poder simbólico. São estudos que se situam na encruzilhada entre a história política e a história cultural. Cabe lembrar que o conceito de cultura política, elaborado tanto a partir da historiografia inglesa, quanto da francesa, percebe a política como atividade essencialmente simbólica, através da qual indivíduos e grupos se expressam e se relacionam. A cultura política compreende, por conseguinte, o conjunto dessas práticas simbólicas e reivindicações, participando, em conseqüência, do processo de definição das identidades e de filiações, bem como da formulação das instituições de poder³². Trata-se, portanto, de um dos aspectos determinantes do processo histórico e não de um simples reflexo de “condições materiais”. Neste sentido a historiografia atual tem dado ênfase às análises sobre o poder dos símbolos, assim como dos símbolos do poder³³.

Mas os estudos do político também se voltaram para os comportamentos coletivos e seus efeitos. Assim, os pesquisadores debruçaram-se sobre o significado das representações e dos mitos, procurando compreender o político não apenas como um jogo no qual se elaboram as estratégias de ascensão ao poder, mas como um cadinho no seio do qual se molda o imaginário³⁴.

²⁹ Rainer Hüdemann, “Les groupes parlementaires dans les stades de formation du parlementarisme français au XIX siècle. Méthodes d’analyse et typologie”, in: BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.), idem, p. 319-333.

³⁰ Dominique Julia, “La violence des foules: peut-on élucider l’inhumain?”, in: _____ & BOUTIER, Jean (dir.), *Passés Recomposés. Camps et chantiers de l’histoire*. Paris: Autrement, 1995, 208-223.

³¹ Eugene Genovese, *From Rebellion to Revolution Afro-American - Slave Revolts en the Making of the Modern World*, Louisiana (USA): Louisiana State University Press, 1983. Tradução brasileira: *Da Rebelião à Revolução*, São Paulo: Global, 1983.

³² Ver, ainda, John G. A. Pocock, *Virtue, Commerce and History*, Cambridge (UK): University of Cambridge, 1985, 1-34.

³³ Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa: Difel, 1989.

³⁴ Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O imaginário de uma sociedade encontra-se sempre inserido em um domínio particular de produções e práticas³⁵, supostamente distintas de outros níveis, como as do econômico ou do social, e que se manifesta “nas palavras, nos gestos e nos ritos”. *Cultura* essa que fornece os elementos para as *representações*, através das quais os indivíduos elaboram o sentido de sua existência, ao traduzirem mentalmente a realidade exterior que percebem³⁶.

O interesse pelos fenômenos de transmissão de crenças, normas e valores, bem como pela história dos intelectuais e da cultura, abriu caminho para novas vias interpretativas. A começar por uma história das idéias políticas, não no sentido pejorativamente “idealista”, mas de uma análise histórica de conceitos, ideologias e visões de mundo em estreita ligação com o social³⁷. Ou de uma história que se fundamenta, até certo ponto, nos trabalhos da chamada “Escola de Cambridge”, representada por Q. Skinner e J. G. A. Pocock, dentre outros, que procuram examinar o pensamento político e as idéias políticas, inserindo-os nos seus contextos e buscando as matrizes sociais, culturais e intelectuais com as quais as elites dialogavam em seu momento de formação³⁸.

A interseção do político com a história social da cultura oferece diversas possibilidades de investigação. Consubstanciada nos trabalhos de Chartier e Roche, envolve o estudo de livros, livrarias, bibliotecas públicas e privadas, práticas de leitura e recepção de leitores³⁹. E retoma a relação entre história e impressos, onde (além da “história da imprensa” periódica) aparece a noção de “opinião pública” e a recuperação dos veículos de comunicação, como fonte de expressão dos agentes históricos⁴⁰. Compreende, também, a história dos intelectuais e suas ligações com o poder, seus engajamentos, sua função crítica e afirmação de autonomia, evidenciando, enfim, a posição singular que esses indivíduos ocupam na sociedade, bem como as *técnicas* utilizadas pela intelligentsia – comitês, manifestos, representações e cartas abertas, como mecanismos de circulação de idéias, colaborações, compromissos e resistências⁴¹.

Outra possibilidade de investigação, que ultrapassa os canais de socialização política tradicional, diz respeito à memória, já que as culturas políticas são codificadas e transmitidas. Como evidencia Pierre Nora, a invenção dos lugares de memória, as políticas de conservação do patrimônio, as culturas do museu e suas estratégias de utilidade, as comemorações, os monumentos, as representações do passado na historiografia, na literatura, na música e nas imagens estão no centro das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas⁴². E sua aquisição e interiorização seguem motivando novos atos políticos⁴³.

³⁵ José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁶ Roger Chartier, *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

³⁷ Bernard Guenée & Jean-François Sirinelli “L’Histoire Politique”, in BEDARIDA, François (org.), *L’histoire et le métier d’historien em France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1995, p. 301-310.

³⁸ Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Ver, ainda, John G. A. Pocock, *op. cit.*

³⁹ Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução. Lisboa: DIFEL, 1990. Ver, também, Daniel Roche, *Les républicains des lettres*, Paris: Seuil, 1988.

⁴⁰ Pierre Rossanvallon, *Le sacre du citoyen. Histoire du suffrage universel em France*. Paris: Gallimard, 1992, p. 299-307.

⁴¹ Ver, Michel Winock, *O século dos intelectuais*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (Edição francesa de 1997). Ver, ainda, TREBITSCH, Michel Trebitsch & Marie Christine Granjon (dir.), *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Paris: Editions Complexe: IHTP/CNRS, 1998, p.21-23.

⁴² Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986-1992, 7v.

⁴³ Jean-Pierre Rioux, 1998. “A memória coletiva”, in RIOUX, J.P., & SIRINELLI, J. F., *Para uma história cultural*. Tradução Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 307-334 (Edição francesa de 1997).

Finalmente, cabe dizer que a História Política, tal como vem sendo praticada hoje em dia, não se propõe a ser um simples “retorno”, nem se define por negação à *École des Annales*, como muitos supunham. Trata-se da busca de território próprio, onde, em meio a diversidades, na alquimia entre passado e presente, se pretende re-elaborar o *métier d'historien*.

G) DESCRIÇÃO DA EQUIPE

Pesquisadores com currículos cadastrados no sistema LATTES do CNPq

Nº.	NOME	TITULAÇÃO	FUNÇÃO NO PROJETO	DEDICAÇÃO
1	José Murilo de Carvalho	Doutor Prof. Titular UFRJ	Pesquisador Principal	Integral
2	Marcos Bretas	Doutor	Pesquisador Principal	Integral
3	Celeste Maria Baitelli Zenha Guimarães	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
4	Martha Campos Abreu	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
5	Márcia Maria Menendes Motta	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
6	Gladys Sabina Ribeiro	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
7	Carlos Gabriel Guimarães	Doutor	Pesquisador Principal	Integral
8	Lúcia Maria Paschoal Guimarães	Doutora Prof ^a . Titular UERJ	Pesquisadora Principal	Integral
9	Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves	Doutora Prof ^a . Titular UERJ	Pesquisadora Principal	Integral
10	Tânia Maria T. Bessone da cruz Ferreira	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
11	Keila Grinberg	Doutora	Pesquisadora Principal	Integral
12	Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães	Doutor	Pesquisador Principal	Integral
13	Álvaro Pereira do Nascimento	Doutor	Pesquisador Colaborador	Parcial
14	Alexandre Mansur Barata	Doutor	Pesquisador Colaborador	Parcial
15	Ivan de Andrade Vellasco	Doutor	Pesquisador Colaborador	Parcial
16	Silvana Mota Barbosa	Doutora	Pesquisadora Colaboradora	Parcial
17	Silvia Brügger	Doutora	Pesquisadora Colaboradora	Parcial
18	Adriana Pereira Campos	Doutora	Pesquisadora Colaboradora	Parcial

DESCRIÇÃO DA EQUIPE

(Incluir apenas os envolvidos com o projeto de pesquisa. Agrupar por categoria)

Pessoal Recrutado: (Descrever o perfil do pessoal que possa eventualmente vir a ser recrutado para o núcleo)

Recrutaremos estudantes e profissionais de diferentes níveis. Na elaboração das infobases e banco de imagens, pretendemos contar com novos estudantes de graduação, selecionados como bolsistas de iniciação científica (através do PIBIC, CNPq ou outras agências) e igualmente alunos pagos pelo projeto para realizar o trabalho de coleta e informações para os novos bancos que serão realizados. Tais estudantes serão escolhidos mediante processos de seleção interna, julgando não somente o seu CR, mas a capacitação e interesse nos temas foco do projeto. Estes estudantes estarão distribuídos pelas diversas instituições participantes, sob orientação dos pesquisadores principais. Alunos de pós-graduação que estejam desenvolvendo bancos de dados serão convidados a participar do projeto para integrarem o sistema de informação do oitocentos, para pensarem a normatização dos campos das tabelas a partir de fundos documentais e para contribuir na formação de bancos temáticos por autoria. Os professores colaboradores também contribuirão na montagem dos bancos de dados e no sistema de informação do século XIX, que pretendemos fazer funcionar a partir da contratação de um analista de sistema, que terá como tarefa fazer bancos já existentes comunicarem-se e colocar estes bancos na internet para acesso de outros pesquisadores. Contando com trabalho integrado entre pesquisadores principais e pesquisadores colaboradores, estes últimos também recrutarão alunos de graduação através de solicitações de bolsas de Iniciação Científica à FAPEMIG e da solicitação à UFES de cotas próprias de IC destinadas a estes alunos.

Como um dos objetivos do projeto é renovar os estudos de Nação e cidadania no século XIX, contrataremos igualmente um profissional para montagem, alimentação e manutenção de um site na internet. Os equipamentos também deverão ser mantidos pela contratação de profissionais que entendam de hardware e de software.

Pretende-se ainda recrutar pessoal de apoio técnico (através de bolsas do CNPq) para o processamento informatizado dos dados e digitalização das imagens, tendo em vista o já razoável número de imagens coletadas a serem processadas e a diversificação de sua natureza.

Para o bom desempenho de nossas atividades, pensa-se no recrutamento alguns poucos pesquisadores que tenham acabado de obter o título de doutor, através de bolsa de recém-doutor e que assumam a tarefa de coordenadores dos trabalhos da pesquisa (distribuídos por subprojeto ou por local, conforme a necessidade), e para auxiliarem nos cursos de extensão que serão ministrados. Tais jovens doutores deverão ter condições de desempenhar tarefas de coordenação científica, demonstrando familiaridade com as séries documentais utilizadas no projeto; deverão ainda ter disponibilidade para circular pelas diferentes instituições participantes, para garantir a coerência e articulação da pesquisa e seus resultados, desenvolvendo seminários, reuniões de trabalho e avaliação. Finalmente, caberá aos jovens doutores a tarefa de auxiliar os pesquisadores principais a suprir necessidades e demandas decorrentes do intercâmbio, particularmente com grupos emergentes na área de atuação do Núcleo, desempenhando todas as tarefas semelhantes àquelas previstas nas Bolsas de Recém-Doutores do CNPq e da FAEPRJ, bem como contribuir na produção de material paradidático e na realização dos cursos de extensão.

A montagem dos cursos de extensão anuais na sede e paralelamente aos dois seminários regionais contarão com a participação de alunos de pós-graduação.

Para a elaboração de material didático em linguagem adequada, necessitaremos de uma consultoria na área de educação.

Para o atendimento de consulentes e execução das tarefas administrativas do CEO pretendemos contar com uma secretária, pessoa desembaraçada em relação à burocracia e aos procedimentos acadêmicos, a fim de que os pesquisadores do Centro possam envolver-se exclusivamente com a pesquisa. Para o contato com as diferentes instituições, contrataremos um mensageiro.

A fim de prestar contas da verba recebida, dentro das rubricas previstas, e para auxiliar a parte de contabilidade, contrataremos um profissional da área de contabilidade.

H) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Um dos resultados precípuos deste projeto é contribuir para a formação de alunos de graduação e pós-graduação. Esta contribuição poderá ser avaliada em diferentes níveis: na formação em pesquisa (através da participação em projetos coletivos) para alunos em fase de iniciação científica, na discussão coletiva das várias fases de pesquisas em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, na produção de instrumentos de pesquisa que facilitarão o trabalho de futuros pesquisadores, na publicação de textos de natureza diversa que permitirão maior facilidade de acesso aos conhecimentos adquiridos e produzidos pelo projeto e no auxílio aos cursos de extensão previstos.

Do ponto de vista da formação de recursos humanos, os resultados a serem obtidos constituirão ferramentas importantes na consolidação de uma política de redução nos prazos de conclusão de cursos de pós-graduação sem perda de qualidade.

O sistema de informação do Oitocentos, junto com a normatização das tabelas por fundo documental e a constituição de novas bases de dados bem estruturadas tornam a pesquisa mais rápida e seus resultados mais seguros, pois supõem a troca de informações e de dados e um trabalho acadêmico conjunto, em ambiente estimulante.

Por outro lado, um dos objetivos deste projeto é melhorar a infra-estrutura de pesquisa nas instituições envolvidas, tanto do ponto de vista das condições físicas de trabalho quanto da disponibilização de reproduções em microformas de séries documentais não existentes no Brasil e de coleções de fontes de uso geral, colocadas à disposição dos pesquisadores em seus próprios locais de origem - poupando-lhes tempo tanto quanto poupará recursos dos órgãos financiadores, a quem cabe prover os meios para longas permanências em Arquivos no exterior.

Além disso, a participação nas diversas atividades e iniciativas do projeto redundará, para a equipe diretamente envolvida, em um treinamento para o trabalho coletivo que constitui uma prática bastante incomum nas ciências humanas no Brasil, sobretudo quando pretende associar pesquisa e ensino, produção individual e debate coletivo, reflexão e produção de instrumentos de ampla utilização. Trata-se, portanto, de estabelecer uma política de formação de pesquisadores na área da história política renovada que inclua em seus programas estudantes de todos os graus, incentivando o engajamento dos alunos de graduação, de pós-graduação em pesquisas nesta área de estudos através de bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado e de recém-doutores.

I) ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Nas atividades de extensão, o projeto pretende criar caminhos de divulgação dos resultados da pesquisa com professores do nível fundamental e médio através de cursos, textos de divulgação e confecção de material didático, estabelecendo pontos de contato entre o saber universitário e o escolar, entre o ensino e a pesquisa.

Uma das maiores dificuldades dos professores do nível fundamental e médio é a periódica atualização e o acesso às novas discussões conceituais realizadas nas universidades. Os cursos de atualização disponíveis são, em geral, longos, mais voltados para uma atualização de conteúdos e de difícil acesso para a maior parte dos professores. Faz-se necessário a produção de textos conceituais que subsidiem o trabalho dos professores em sala de aula, principalmente em função da impressionante diversificação da pesquisa histórica e dos constantes desafios colocados aos professores de História, tidos como responsáveis pela formação dos cidadãos brasileiros do século XXI.

A divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1999, documento norteador para o ensino no Brasil, iria consolidar as tradicionais funções do professor de História na formação da nacionalidade e dos cidadãos (críticos) brasileiros. Mas que nacionalidade e que idéias de cidadania estão presentes nos Parâmetros, nos conteúdos de História, nos livros didáticos, nos veículos de comunicação, na propaganda dos partidos políticos e nos órgãos do Estado?

Exatamente procurando subsidiar os professores para estas respostas, o presente projeto pretende caminhar em termos das atividades de extensão. É fundamental os professores adquirirem instrumentos de avaliação sobre os conceitos de nação e cidadania produzidos historicamente, redimensionando a discussão com seus alunos sobre o que é ser brasileiro e cidadão nos dias de hoje.

O projeto dedicará atenção especial à revisão de princípios ainda muito presentes no Ensino de História, como a idéia de um Estado todo poderoso na delimitação de um exercício legal da cidadania ou a visão de uma nação naturalmente pronta e acabada. Pretendemos construir caminhos para auxiliar os professores a aprofundarem, com seus alunos, a reflexão em torno da perspectiva de que os conceitos de nação e cidadania foram – e são – constantemente recriados por diferentes sujeitos sociais – e não só intelectuais e políticos – em diversos locais e conjunturas históricas. As tentativas de definição destes conceitos sempre fizeram parte de conflitos sociais mais amplos e envolveram-se com disputas políticas e intelectuais. Esses conceitos nunca foram universais, unívocos, naturais e atemporais. A tirania parâmetros eurocêntricos de cidadania e nacionalidade precisa ser repensada urgentemente no Ensino de História. Nação e cidadania são termos em construção na pesquisa, no ensino, na escola e na sociedade.

Assim, pretendemos investir em 3 atividades de extensão:

- 1) formação de professores dentro dos pressupostos que norteiam a pesquisa.
- 2) divulgação dos novos resultados alcançados através de cursos, CDs e textos.
- 3) criação de material didático, a partir das fontes levantadas pela pesquisa, para subsidiar o trabalho dos professores em torno das idéias de nação e cidadania, como imagens, discursos, panfletos, obras literárias, poesias e música popular. Está prevista a consultoria de um profissional especializado em educação para que possamos encontrar caminhos mais eficientes de divulgação dos resultados da pesquisa.

J) INTERCÂMBIOS

Com outros núcleos/grupos/equipes/instituições, no país e no exterior

Os pesquisadores principais vinculados ao projeto vêm construindo, ao longo de suas carreiras, diversos laços de intercâmbio com colegas de outras universidades e de centros de pesquisa, tanto no país quanto no exterior. Além disso, participam também de Conselhos Editoriais de revistas científicas.

Com participação de agências de fomento e de convênios firmados, estes vínculos têm tomado diversas formas que envolvem desde convênios formais até intercâmbios, com diferentes propostas, tais como cursos, estágios no exterior, participação em seminários, trabalhos conjuntos em organização de eventos, visitas de pesquisas, etc.

INTERCÂMBIOS:

EUROPA: Centre for Brazilian Studies, Oxford University, Prof. Leslie Bethell, director; Institute of Latin American Studies, University of London, James Dunkerley, director; Department of Latin American Studies, University of Leiden, Holanda, prof^a. Marianne L. Wiesebron; Centre de Recherches d'Histoire de l'Amérique Latine et du Monde Ibérique, Université de Paris I; Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, École des Hautes Études en Sciences Sociales, prof. Daniel Pécaut; Centro de Estudios Históricos, Madrid, prof^a. Elda González Martínez, titular; Dipartimento di Studi Politici, Università di Torino, Marcello Carmagnani, prof. de História da América Latina; Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; Manuel Villaverde Cabral, coordenador; Dipartimento di Studi sullo Stato. Firenze, prof. Antonio Annino; ISCTE e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) / Portugal - Miriam Halpern Pereira; L'École normale supérieure – Prof^a. Dr^a. Segolène Le Men, directrice des études Lettres; Biblioteca Nacional da França - Claude Bouret, “conservateur” do “Cabinet des estampes”; Biblioteca Nacional da França - Corine Bouquin, “conservateur” da divisão de História do livro e da leitura; Sociedade Francesa de Fotografia e L'École des Hautes Etudes - André Gunther; Paris III Sorbonne Nouvelle - Prof. Dr. Philippe Dubois; Centre de Histoire culturelle Contemporaine - Prof. Dr. Jean-Yves Mollier; ESTADOS UNIDOS: David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University, John Coatsworth, director; The Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, Scott Mainwaring, director, Frances Hagopian, pesquisadora, Christopher Welna, associate director; Center for Latin American Studies, Stanford University, Terry Karl, director; History Department, University of California, Berkeley, prof. Halperin Donghi, Prof^a. Linda Lewin; Camões Center for the Study of the Portuguese Speaking World, NY, Kenneth Maxwell, director; Department of History, University of Florida, prof. Jeffrey Needell; Latin American and Caribbean Studies, University of South Florida, prof. Michael Conniff, director; Department of History, University of California, Irvine, prof. Steven Topik; Department of History, University of California, Los Angeles, Prof. Ludwig Lauerhass; Department of History, Princeton University, Prof. Robert Darnton; University of Michigan, EUA, com a Prof^a. Sueann Caulfield e Prof^a. Dr^a. Rebecca Scott; Universidade de Maryland College Park, EUA, com os professores Daryle Williams, Prof^a. Dr^a. Leslie Rowland e Barbara Weistein. AMERICA LATINA: Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, profa. Hilda Sabato Instituto de Historia Argentina y Americana Emilio Ravignani; Prof. José Carlos Chiaramonte, director. Colegio de México, Prof. Carlos Marichal; Instituto de Ciencia Política, Universidad de la República, Uruguay, Prof. Gerardo Caetano; Universidad Di Tella, Buenos Aires, Prof^a. Monica Hirst; na Red Internacional de Historiadores Latinoamericanistas de las Ideas, de la Cultura y de los Intelectuales, coordenada por Hugo Cancino Troncoso (Universidade de Aarhus, DK) e Carmen de Sierra (Universidade de Montevidéo/ IHEAL, França). AFRICA: Department of History, University of Port Harcourt, Prof. Ebiegberi Joe Alagoa, Prof. Ben Naanen. Department of History and International Studies, University of Uyo, Nigeria, Prof. M.B. Abasiattai, chefe; CANADÁ - Ibero American Studies Program - University of Toronto – Prof^a. Dr^a. Rosana Barbosa Nunes; University of Calgary - Prof. Dr. Hendrik Kraay; University of Essex - Prof. Dr. Matthias Assunção.

OBS: Os professores Drs. Hendrik Kraay e Matthias Assunção serão professores colaboradores do projeto no âmbito internacional. Participarão, sobretudo, da montagem dos bancos de dados.

NO BRASIL:

- * IEB - USP - Prof. Dr. István Jancsó -
- * NEHD/USP - Prof. Dr. Iracy del Nero -
- * Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina – Profª. Drª. Beatriz Gallotti Mamigonian
- * Centro de Estudos Afro-Orientais - Salvador, Bahia - Prof. Dr. João José Reis
- * Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - Prof. Dr. Frederico Neves
- * Pólo de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras – Profª. Drª. Gilda Santos.

CONVÊNIOS

INTERNACIONAIS:

- * University of New Castle, Inglaterra, com a professora Diana Paton - UFF
- * Red Internacional de Historiadores Latinoamericanistas de las Ideas, de la Cultura y de los Intelectuales, coordenada por Hugo Cancino Troncoso (Universidade de Aarhus, DK) e Carmen de Sierra (Universidade de Montevidéo/ IHEAL, França). UERJ

NO BRASIL:

- * CECULT/UFF - Centro de Pesquisa em história Social da Cultura / UNICAMP-PRONEX -
- * CEMI/UFF - Centro de Estudos de migrações Internacionais /UNICAMP-PRONEX -
- * Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq /UERJ. . Participam destes convênios os seguintes pesquisadores do Museu de Astronomia: Luiz Felipe Vieira Ferrão (Mestre em História); Luciene Carris Cardoso (Mestra em História); Márcia Cristina Alves (Mestranda em História) e Cláudia Penha Oliveira (Museóloga).
- * Convênio UERJ/CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) - 1996-2005 - UERJ
- * Convênio com UERJ/Museu Histórico Nacional para a oferta de formação de docentes e pesquisadores, mediante a criação de cursos de especialização de alto nível; treinamento e reciclagem; promoção de atividades de extensão, pesquisa e documentação e organização de publicações conjuntas.
- * Programa Interinstitucional de Pós-Graduação UFF - UNIOESTE

PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS EDITORIAIS DE REVISTAS CIENTÍFICAS:

- * Prof. Dr. José Murilo de Carvalho. Membro do conselho editoria das seguintes revistas: TOPOI (UFRJ); Estudos Históricos (CPDOC); DADOS (IUPERJ); História, Ciência e Saúde Manguinhos (COC).
- * Profa. Dra. Keila Grinberg. Membro do conselho editorial da Revista Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes; membro do conselho consultivo da Revista Justiça e História (Museu do Judiciário do Rio Grande do Sul); membro do conselho editorial da Revista Arquivos do Ministério da Justiça (Ministério da Justiça, Governo Federal).
- * Profa. Dra. Martha Campos Abreu. Membro do Conselho editorial das seguintes revistas: Revista História Regional, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Revista História Social, Revista da pós-graduação em História da Unicamp; da Coleção de Livros Várias Histórias (Cecult/UNICAMP).
- * Profa. Dra. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Membro do Conselho editorial das seguintes revistas: Cadernos [Syn]thesis (CCS/UERJ) e Revista Maracanan (PPGH/UERJ).
- * Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães. Membro do Conselho editorial das seguintes revistas: Cadernos [Syn]thesis (CCS/UERJ); Revista Maracanan (PPGH/UERJ) e Revista Anima (PPGH/PUC-RJ).

* Profa. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. Membro do Conselho editorial das seguintes revistas: Cadernos [Syn]thesis (CCS/UERJ); Revista Maracanã (PPGH/UERJ) e Revista Brasileira de História. (ANPUH)

INTERCÂMBIOS

Aqueles que visam nuclear ou fortalecer grupos emergentes na área de atuação do núcleo

Incrementar o intercâmbio com o Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Fortalecer o Núcleo de Pesquisa do Departamento de História e o Laboratório de História Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

Fortalecer o Grupo de Pesquisa História de Minas Século XVIII e XIX, sediado na Universidade Federal de São João del Rei.

K) PLANO DE METAS

(Plano de metas e indicadores de progressos anuais ou cronograma físico das atividades a serem desenvolvidas)

Plano de Metas

Ano 1 – Primeiro Semestre: *Elaboração de instrumentos de pesquisa* Montagem do sistema de informação do oitocentos visando integrar os bancos de dados já existentes dos pesquisadores – Montagem dos bancos de dados sobre escravidão no oitocentos, poder e política no oitocentos e imagens do oitocentos – Normatização das tabelas dos bancos de dados por fundo documental. **Encontro de Pesquisadores.** Será realizado o 2º Seminário Regional do CEO, em São João Del Rei. nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2004. Paralelo ao Seminário, será realizado um Curso de Extensão, ministrado pelos pesquisadores, mestrandos e doutorandos ligados ao projeto, com o foco no tema do projeto para os professores do ensino fundamental e médio da rede privada e pública de ensino. **Aquisição de Fontes.** Aquisição de fontes microfilmadas produzidas e/ou reproduzidas em instituições de pesquisa onde existem fundos documentais de interesse dos pesquisadores envolvidos, tais como Biblioteca Nacional de Lisboa (Portugal) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal).

Ano 1 – Segundo Semestre: *Elaboração de instrumento de pesquisa.* Continuidade da montagem do sistema de informação do oitocentos, bem como dos bancos de dados sobre escravidão nos oitocentos, poder e política no oitocentos e imagens do oitocentos. **Encontro de Pesquisadores.** Será realizado um Seminário na cidade do Rio de Janeiro com os pesquisadores principais e colaboradores com foco específico no tema do projeto. Este Seminário contará com a presença da Professora Doutora Hilda Sábato, que será a avaliadora e consultora dos resultados do primeiro ano do projeto. Paralelo ao evento mencionado, será realizado um Curso de Extensão, ministrado pelos pesquisadores, recém doutores, doutorandos e mestrandos ligados ao projeto, para os professores do ensino fundamental e médio da rede privada e pública de ensino. Normatização por fundos documentais das tabelas dos bancos de dados existentes ou que venham a ser feitos. **Produtos Finais.** No final deste semestre, será realizado um concurso de monografias de Mestrado e Doutorado, com a publicação das duas melhores monografias.

Ano 2 – Primeiro Semestre. *Elaboração de instrumento de pesquisa.* Continuidade da montagem do sistema de informação do oitocentos, bem como dos bancos de dados sobre escravidão

nos oitocentos, poder e política no oitocentos e imagens do oitocentos. Continuidade dos trabalhos de normatização das tabelas dos bancos de dados por fundo documental **Encontro de Pesquisadores**. Será realizado no XXIII Simpósio Nacional de História-ANPUH, em Londrina (PR), o II Encontro Nacional dos Oitocentos, com foco no tema Nação e Cidadania.

Ano 2 – Segundo Semestre. Elaboração de instrumento de pesquisa. Continuidade dos trabalhos de informação do oitocentos, bem como de normatização das tabelas dos bancos de dados por fundo documental. **Produto Final.** Início da elaboração do material paradidático, fruto das pesquisas dos pesquisadores principais e colaboradores. No final deste semestre, será realizado um concurso de monografias de Mestrado e Doutorado, com a publicação das duas melhores monografias. Publicação de três livros com artigos dos pesquisadores principais e colaboradores, resultados do primeiro e segundo ano de pesquisa.

Ano 3 – Primeiro Semestre. Elaboração de instrumento de pesquisa. Continuidade dos trabalhos de informação do oitocentos, bem como dos normatização das tabelas dos dados. **Encontro de Pesquisadores.** Realização do 3º Seminário Regional do CEO, em Juiz de Fora, Minas Gerais (UFJF). **Produto Final.** Continuidade da elaboração do material paradidático.

Ano 3 – Segundo Semestre. Elaboração de instrumento de pesquisa. Finalização da montagem do sistema de informação do oitocentos, bem como dos bancos de dados sobre escravidão nos oitocentos, poder e política no oitocentos e imagens do oitocentos. Finalização dos trabalhos de normatização das tabelas dos bancos de dados por fundo documental. Seminário Internacional na cidade do Rio de Janeiro com a presença de professores estrangeiros com pesquisa no tema Nação e Cidadania, bem como dos pesquisadores principais e colaboradores. **Produto Final.** No final deste semestre, será realizado um concurso de monografias de Mestrado e Doutorado, com a publicação das duas melhores monografias. Publicação de três livros com artigos dos pesquisadores principais e colaboradores, resultados do terceiro ano de pesquisa. Finalização da elaboração de material paradidático.

OBS: A aquisição de fontes, tais como microfimes, será feita ao longo de todos os anos.